

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
CONTRATAÇÃO: 925462-7/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

PROCESSO : TC/003647/2026
MODALIDADE : PREGÃO ELETRÔNICO
CONTRATANTE : TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
UASG : 925462
OBJETO : Contratação de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado e de exaustão do Edifício Sede, dos prédios anexo I, anexo II e anexo III, das Portarias A e B e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCMSP.
TIPO : **MENOR PREÇO GLOBAL**
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA : Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
DATA DE ABERTURA : **22 de julho de 2026**
HORÁRIO : **9h30**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130, Vila Clementino, nesta Capital, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que, em obediência ao que preceituam a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Leis Complementares nº 123/06, 147/14 e 155/16, os Decretos Municipais nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e nº 56.475, de 05 de outubro de 2015, a Instrução Normativa nº 2, de 27 de janeiro de 2023, da Secretaria Municipal de Gestão, e demais normas pertinentes, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a ser processada pelo Pregoeiro do Tribunal, o qual terá como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com as disposições deste Edital e respectivos anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado e de exaustão do Edifício Sede, dos prédios anexo I, anexo II e anexo III, das Portarias A e B e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCMSP, conforme especificações e quantidades constantes neste edital e seus anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes das dotações **10.10.01.122.4001.2100.3390.30 – Material de Consumo** e **10.10.01.122.4001.2100.3390.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados com ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

4.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcios, nos termos do artigo 15 da Lei n. 14.133/21.

4.2.1. O consórcio deverá entregar, juntamente com os documentos de habilitação:

4.2.1.1. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.2.1.2. Documento com indicação da empresa líder pelo consórcio, que será responsável por sua representação perante o TCMSP.

4.2.1.3. Será admitido, para efeito de qualificação técnica, quando exigido, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

4.2.2. A empresa consorciada é impedida de participar, no presente certame, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

4.2.3. Os integrantes do consórcio respondem, de forma solidária, pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

4.2.4. A empresa líder será a representante do consórcio perante a CONTRATANTE e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

4.2.5. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

4.2.6. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

4.2.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TCMSP e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possua, no mínimo, os mesmos quantitativos, para efeito de qualificação técnica, se exigida, apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.3. Não poderão participar desta licitação:

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.2.1. O impedimento de que trata esse subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCMSP, ou com agente público que desempenhe função no processo de licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.6. agente público do TCMSP;

4.3.6.1. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie na condução da contratação, na

qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **declarações**:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.4.1.2. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

4.4.3. Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. O licitante deverá registrar o(s) valor(es) da(s) sua(s) proposta(s), no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa proposta.

5.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo “**valor unitário**” correspondente ao **valor de todos os itens, para toda a vigência contratual**, considerando a prestação integral do objeto, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme

estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características constantes do Anexo I deste Edital.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado, por este Edital.

5.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.

6.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do objeto**, nos termos estabelecidos no item 5.7.

6.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$0,01 (um centavo)**;

6.5. Será adotado para o envio de lances, no pregão eletrônico, o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 05 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 05 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.10.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico, para o Pregoeiro, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.11. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.13. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 05 de outubro de 2015.

6.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.13.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.14. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.14.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.14.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.14.1.3. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.14.1.4. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.14.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.14.2.2. empresas brasileiras;

6.14.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.14.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.15.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.17. Concluída a fase de negociação, o Pregoeiro procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar, verificando a compatibilidade do preço apresentado com o valor máximo estabelecido para a contratação, conforme previsto neste Edital e seus anexos.

7. DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, deverá encaminhar sua **proposta final**, conforme modelo do Anexo V, a qual deverá:

7.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

7.1.2. Indicar nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como o nome e nº do CPF e/ou RG de seu representante legal;

- 7.1.3. Conter a especificação detalhada do objeto ofertado;
- 7.1.4. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- 7.1.5. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento;
- 7.1.6. **Conter a discriminação dos preços**, com indicação dos valores unitários, mensais e/ou anuais, conforme o caso, e totais, por item e por tabela, bem como do valor global da proposta para o período da vigência contratual, expressos em Real (R\$), com até duas casas decimais, devendo estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos.
- 7.2.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.3.** O licitante deverá, comprovadamente, possuir poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 7.4.** A proposta final deverá ser documentada nos autos, devendo ser observada no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.
 - 7.3.1 Todas as especificações do objeto, contidas na proposta, vinculam a CONTRATADA.
- 7.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.6.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
 - 7.6.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 7.6.2. Não obedeça às especificações técnicas contidas em edital;
 - 7.6.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
 - 7.6.5. Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 7.6.5.1. Considera-se **inexequível** a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.8.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para participação no Pregão, referentes às informações atinentes à sua habilitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, informando que:

- 8.1.1. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- 8.1.2. Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade CONTRATANTE;
- 8.1.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.1.4. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8.1.5. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 8.1.6. Em cumprimento à legislação trabalhista:
 - 8.1.6.1. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
 - 8.1.6.2. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.2. Como condição prévia à análise da documentação de habilitação do detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará, por meio do sistema eletrônico, o eventual descumprimento das suas condições de participação, especialmente quanto à existência de sanções que impeçam sua atuação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- 8.2.1. SICAF;
- 8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 8.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.2.5. Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;
- 8.2.6. Lista de empresas apenadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP;
- 8.2.7. Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, inclusive de todas as empresas reunidas em consórcio, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica

da qual seja sócio majoritário.

8.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação técnica e econômico-financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos da habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante a utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo inicialmente estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.9. Findo o prazo concedido, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais ou não digitalizados, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Todos os documentos deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.

8.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.12.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

8.12.3. Se o licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

8.12.4. Em caso de **consórcio**, cada um dos membros deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação e apresentar as declarações exigidas neste Edital.

8.12.4.1. Cada membro deverá, também, comprovar as exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

8.13. Os licitantes poderão suprir a ausência da documentação de habilitação, que deveria constar no SICAF ou não contemplados por ele, encaminhando, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, quando convocados, para fins de habilitação:

8.13.1. Habilitação Jurídica:

8.13.1.1. Comprovação de existência da pessoa jurídica e, quando cabível, da autorização para o exercício da atividade a ser CONTRATADA.

8.13.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.13.2.1. Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.13.2.2. Prova da inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.2.3. Prova da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.2.4. Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.2.5. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.13.2.6. Certidão Negativa de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, do domicílio ou sede do licitante.

8.13.2.6.1. Os licitantes com domicílio ou sede no Estado de São Paulo deverão comprovar a regularidade fiscal por meio da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Decreto Estadual nº 61.141, de 27 de fevereiro de 2015.

8.13.2.7. Prova da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativamente aos tributos mobiliários;

8.13.2.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados

ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.13.2.8. Os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.13.2.8.1. O licitante detentor da melhor proposta, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.13.2.9. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas, que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.13.3. Qualificação Técnica:

8.13.3.1. Qualificação Técnico-Operacional

8.13.3.1.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado), em papel timbrado, **em nome da empresa licitante**, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto.

8.13.3.1.1.1. Consideram-se serviços de características semelhantes, conjuntamente:

8.13.3.1.1.1.1. Manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo *VRF*, em área refrigerada mínima de 2.200 m²;

8.13.3.1.1.1.2. manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado *self container* dutado, em área mínima de 590 m² ou capacidade equivalente a 35 TRs;

8.13.3.1.1.1.3. manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo *Split*, totalizando área mínima de 600 m² ou capacidade equivalente a 34 TRs;

8.13.3.1.1.1.4. manutenção ou instalação de sistemas de exaustão em banheiros, vestiários, copas, cozinhas ou ambientes equivalentes, com, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de exaustão por dutos;

8.13.3.1.1.1.5. manutenção ou instalação de sistema de exaustão de gorduras;

8.13.3.1.1.1.6. manutenção ou instalação de sistema de refrigeração de câmara fria.

8.13.3.1.1.2. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT** expedida(s) pelo Sistema CREA/CONFEA.

8.13.3.1.1.3. Será admitido o somatório dos atestados.

8.13.3.1.1.4. Poderá ser realizada diligência para verificar a autenticidade, veracidade e consistência do(s) atestado(s) e da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT apresentados.

8.13.3.1.1.5. Os quantitativos mínimos exigidos observam o limite previsto no § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e não implicam restrição indevida à competitividade do certame.

8.13.3.2. Qualificação Técnico-Profissional

8.13.3.2.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado), em papel timbrado, **em nome de, pelo menos, 01 (um) profissional de nível superior, com formação em Engenharia Mecânica, Elétrica ou Eletrônica**, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto.

8.13.3.2.1.1. Consideram-se serviços de características semelhantes, conjuntamente:

8.13.3.2.1.1.1. Manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo *VRF*, em área refrigerada mínima de 2.000 m²;

8.13.3.2.1.1.2. manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado *self container* dutado, em área mínima de 590 m² ou capacidade equivalente a 35 TRs;

8.13.3.2.1.1.3. manutenção ou instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo *Split*, totalizando área mínima de 600 m² ou capacidade equivalente a 34 TRs;

8.13.3.2.1.1.4. manutenção ou instalação de sistemas de exaustão em banheiros, vestiários, copas, cozinhas ou ambientes equivalentes, com, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de exaustão por dutos;

8.13.3.2.1.1.5. manutenção ou instalação de sistema de exaustão de gorduras;

8.13.3.2.1.1.6. manutenção ou instalação de sistema de refrigeração de câmara fria.

8.13.3.2.1.2. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT** expedida(s) pelo Sistema CREA/CONFEA.

8.13.3.2.1.3. Será admitido o somatório dos atestados.

8.13.3.2.1.4. Poderá ser realizada diligência para verificar a autenticidade, veracidade e consistência do(s) atestado(s) e da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT apresentados.

8.13.3.2.1.5. Os quantitativos mínimos exigidos observam o limite previsto no § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e não implicam restrição indevida à competitividade do certame.

8.13.3.2.2. **COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO DO(S) PROFISSIONAL(IS)**, Engenheiro Mecânico, Eletricista ou Eletrônico, com o licitante, mediante apresentação de um dos seguintes documentos, sendo obrigatório que pelo menos um dos profissionais seja o mesmo indicado no(s) atestado(s) ou certidão(ões) apresentado(s):

8.13.3.2.2.1. Das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhada da respectiva Ficha de Registro ou;

8.13.3.2.2.2. Do Contrato de Prestação de Serviços ou;

8.13.3.2.2.3. Da Ata da Assembleia relativa à investidura no cargo ou;

8.13.3.2.2.4. Do Contrato Social

8.13.3.2.2.5. Admitir-se-á, para fins de habilitação, declaração assinada pelas partes de que o licitante contratará, até a assinatura do Contrato, o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s), acompanhada da anuência do(s) profissional(is).

8.13.3.3. **Registro Profissional**

8.13.3.3.1. **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DA EMPRESA** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, evidenciando sua habilitação legal para a execução de serviço com características semelhantes ao objeto desta licitação.

8.13.3.3.1.1. Caso o licitante seja registrado no CREA de outro Estado, deverá providenciar o visto do CREA-SP apenas por ocasião da celebração do contrato.

8.13.3.3.2. **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DO(S) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

8.13.3.3.2.1. Admitir-se-á a apresentação de declaração de futura contratação, ficando a assinatura do contrato condicionada à prévia comprovação do vínculo do profissional com o licitante e da regularidade do respectivo registro profissional.

8.13.3.4. **DECLARAÇÃO DE VISTORIA** que, por ser facultativa, pode ser substituída por uma **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**, firmada pelo seu representante legal/procurador, conforme modelo constante do Anexo VI.

8.13.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.4.1. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.13.4.1.1. No caso de certidão positiva, o licitante deverá juntar a Certidão de Objeto e Pé do processo, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

8.13.4.1.2. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos

processos cíveis em andamento relativos à solvência ou não do licitante, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.13.4.2. No caso de empresa em **Recuperação Judicial**, o licitante deverá apresentar uma **declaração/certidão**, emitida pela instância judicial competente, que comprove a homologação/deferimento do seu plano de recuperação judicial/extrajudicial pelo juízo competente, a sua vigência, e, por conseguinte, a sua boa saúde financeira.

8.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

8.14.1. **DECLARAÇÃO** subscrita por quem detenha poderes de representação, se for o caso, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 56.475/2015, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º do artigo 3º da referida Lei Complementar, e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, conforme modelo constante do Anexo VII.

8.14.1.1. No caso de microempreendedor individual, a declaração poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

8.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.16. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 2, de 11 de outubro de 2010.

8.16.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.16.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.17.1. Os licitantes, ainda que pretendam apresentar sua regularidade fiscal ou trabalhista com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar o cumprimento dos requisitos de habilitação, uma vez que neste Edital constam as exigências próprias para quem pretender se utilizar deste benefício, ficando, portanto, implícita a ressalva da possibilidade de apresentação de documentação afeta à regularidade fiscal com restrição e regularização “a posteriori”.

8.18. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou

trabalhista, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.22. No caso de inabilitação, seguir-se-á a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.22.1. Os documentos apresentados deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica do Edital, do próprio documento ou de lei aplicável à espécie, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da sua expedição.

8.23. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.24. Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DOS RECURSOS

9.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de, no mínimo, dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

9.2 Havendo manifestação, o recorrente terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, sob pena de preclusão, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando, após a convocação regular do licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, ocorrer qualquer das seguintes situações:

- a) erro na aceitação ou no julgamento da proposta mais bem classificada;
- b) não assinatura do termo de contrato ou não aceitação ou retirada do instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidas no edital;
- c) recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação, hipótese em que ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente previstas.

10.1.3. Nas hipóteses previstas no subitem 10.1.2, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, observadas as condições propostas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, podendo, quando cabível, ser retomados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.1.4. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nas condições referidas no subitem anterior, a Administração poderá adotar as providências previstas no art. 90, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, observados o valor estimado da contratação e sua eventual atualização.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão pública reaberta.

10.2.1. A convocação será realizada por meio do sistema eletrônico ("chat") ou por correio eletrônico (e-mail), conforme a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação realizada por e-mail será efetuada com base nos dados constantes do SICAF ou de outro cadastro utilizado pela Administração, sendo de inteira responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais devidamente atualizados.

10.3. Na hipótese de rescisão do contrato administrativo durante a sua execução, será facultado à Administração convocar os demais licitantes classificados no certame originário para a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, que, posteriormente, homologará a licitação.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. As obrigações decorrentes desta licitação consubstanciar-se-ão nos termos da minuta de Contrato - Anexo VIII.

12.2. A adjudicatária será convocada pelo Tribunal para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, assinar o Termo de Contrato.

12.3. Antes de celebrar o Contrato, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal (CADIN), conforme estabelecido no inciso I, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005, ou na Legislação que vier a substituí-la.

12.3.1. Caso exista registro de débito no CADIN, a Proponente adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Administração, salvo se estiver suspenso o impedimento, conforme dispositivo legal vigente, ou se a Proponente comprovar ter ajuizado ação com garantia oferecida, na forma da lei, ou ainda, comprovar estar suspensa a exigibilidade do crédito.

12.4. Antes da assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar, além dos documentos que eventualmente se encontrem vencidos, os documentos cuja apresentação tenha sido admitida mediante declaração durante a fase de habilitação, nos termos deste Edital, notadamente:

12.4.1. **O contrato social ou estatuto em vigor**, devidamente registrado, e, quando for o caso, a respectiva **procuração** com poderes específicos para a assinatura do contrato;

12.4.2. **Comprovação** do vínculo dos profissionais responsáveis técnicos, sendo, pelo menos, 01 (um) Engenheiro Mecânico e 01 (um) Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Eletrônico.

12.4.2.1. A comprovação do vínculo dos profissionais responsáveis técnicos poderá ser realizada mediante a apresentação de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhadas da respectiva ficha ou livro de registro, de contrato de prestação de serviços, de ata de assembleia relativa à investidura no cargo, ou do contrato social, conforme o caso.

12.4.3. **Comprovação de registro** dos profissionais responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

12.4.4. No caso de empresa em **recuperação judicial ou extrajudicial**, cópia do ato de nomeação do seu administrador judicial, ou, para o caso do administrador ser pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, acompanhada de declaração do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial/extrajudicial.

12.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo TCMSP.

12.6. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração convocará os demais licitantes, observada a ordem de classificação, independentemente das penalidades previstas neste Edital.

12.6.1. Em caso de convocação dos licitantes classificados remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destes.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e VIII.

14. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Conforme previsto na Minuta de Contrato – Anexo VIII.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/contratado que:

15.1.1. Recusar, sem justificativa aceita pelo TCMSP, a assinar o termo de contrato, aceitar/retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

c) Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do artigo 156, inciso IV, combinado com o § 5º, da Lei Licitatória.

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e de contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006 (Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo).

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e

gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.7. Caberá recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da intimação do interessado, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.8. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração contra a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da intimação do interessado, o qual será dirigido ao Presidente do TCMSP, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.11. Incide, no processo de aplicação de penalidade, nos casos omissos, as disposições previstas no Capítulo I do Título IV da Lei federal nº 14.133/2021.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos.

16.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimento poderão ser realizadas por forma eletrônica, encaminhadas para o e-mail claudio.barone@tcm.sp.br ou por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo e-mail utpa_protocolo@tcm.sp.br, de acordo com a Portaria SG nº 06/2018, publicada no DOC de 08/12/18, pág. 109.

16.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar a retificação do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

16.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Fica o licitante ciente de que a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as

condições deste Edital e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do instrumento convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro, por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e pelo site www.tcm.sp.gov.br>Licitações TCMSP.

17.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata esse subitem, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5. O Presidente do TCMSP poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e anulá-la em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TCMSP não será, em nenhum caso, responsabilizado por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCMSP.

17.10. O desatendimento de exigências formais (não essenciais) não importará a exclusão do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

17.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.tcm.sp.gov.br> –

Licitações TCMSP e também poderão ser obtidos gratuitamente, por solicitação pelo e-mail claudio.barone@tcm.sp.tc.br ou pessoalmente mediante o pagamento correspondente ao custo da cópia reprográfica, a ser recolhido aos cofres públicos, através de guia de recolhimento, das 8h às 16h na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130 - Vila Clementino – São Paulo/SP.

18. DOS ANEXOS

18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.1.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 18.1.2. Anexo II – Lista de Equipamentos
- 18.1.3. Anexo III – Modelos de PMOC
- 18.1.4. Anexo IV - Valores de Mercado
- 18.1.5. Anexo V - Modelo de proposta (subitem 7.1 do Edital);
- 18.1.6. Anexo VI – Declaração de Vistoria e/ou Conhecimento das condições (subitem 8.13.3.4 do Edital);
- 18.1.7. Anexo VII - Modelo de declaração de ME/EPP/Cooperativa e inexistência de fatos supervenientes, **SE CABÍVEL** (subitem 8.14.1 do Edital);
- 18.1.8. Anexo VIII - Minuta de Contrato

São Paulo, 1º de julho de 2026

MAURÍCIO BULA TREVISANI
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Nos termos do Artigo 6º Inciso XXIII da Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, segue:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;

1.1. Objeto: Contratação de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado e de exaustão do Edifício Sede, dos prédios anexo I, anexo II e anexo III, das Portarias A e B e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM- SP) e manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCM-SP;

1.2. A relação detalhada dos equipamentos contemplados nesta contratação, com suas respectivas quantidades, **encontra-se descrita no Anexo I** deste Termo de Referência (TR);

1.2.1. A relação de equipamentos constante neste TR não é taxativa, eventuais substituições, atualizações ou inclusões de equipamentos da mesma natureza, destinadas à manutenção da operacionalidade dos sistemas durante a vigência contratual, também integrarão o objeto, desde que mantidas as características técnicas e a finalidade originalmente contratada, observados os limites legais aplicáveis e resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.3. O prazo de vigência será de **36 (trinta e seis) meses** contados da data estipulada na ordem de início do serviço emitida pelo Fiscal responsável, com possibilidade de prorrogação de acordo com a legislação vigente;

1.3.1. Por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, de acordo com o disposto no Edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS;

O TCM-SP dispõe de sistemas de climatização e de exaustão instalados no Edifício Sede, nos prédios Anexo I, Anexo II e Anexo III, nas Portarias A e B e na Escola de Contas, bem como de sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria no restaurante localizado no prédio Anexo II, os quais são essenciais para o adequado funcionamento das atividades institucionais, para o conforto térmico, para a qualidade do ar interior, para a saúde ocupacional dos servidores, colaboradores e usuários, e para a preservação das condições ambientais dos referidos espaços.

Tais sistemas atendem ambientes de uso contínuo e de elevada criticidade, como áreas administrativas, plenário, auditório, salas técnicas, áreas de circulação e ambientes destinados à manipulação de alimentos, demandando a execução permanente de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, a fim de assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, a mitigação de falhas

operacionais, a eficiência energética e a ampliação da vida útil dos sistemas.

O TCM-SP não dispõe, em seu quadro próprio de pessoal com equipe técnica especializada para a execução direta das atividades de manutenção dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão, que demanda conhecimentos técnicos específicos, atuação contínua, ferramentas adequadas e acompanhamento por responsável técnico legalmente habilitado.

Cabe ressaltar que esses serviços vêm sendo executados por empresas terceirizadas especializadas, conforme Termos de Contrato nº 10/2021 e 14/2023, e encontram-se alinhados ao Plano de Contratações Anual (PCA) do TCM-SP.

Atualmente, não há contrato para o sistema de refrigeração da câmara fria e os serviços de manutenção dos sistemas de climatização e de exaustão são executados por contratos distintos, sendo um voltado à manutenção dos sistemas de ar-condicionado e outro específico para o sistema de exaustão de gorduras do restaurante. Ambos os contratos se encontram em fase final de vigência.

Embora o contrato referente à exaustão de gorduras admita prorrogação, optou-se, por razões de eficiência administrativa, racionalização da gestão contratual e melhor integração técnica, por não promover sua prorrogação, de modo a reunir os serviços de manutenção dos sistemas de climatização e de exaustão em um único contrato, por se tratar de atividades afins e interdependentes.

Essa medida visa assegurar maior padronização dos serviços, otimização dos recursos públicos e melhoria do acompanhamento da execução contratual, sem prejuízo à continuidade das atividades institucionais do TCM-SP.

Quanto ao contrato de manutenção dos sistemas de ar-condicionado, considerando que sua vigência se encerra em 31/08/2026, não mais podendo ser prorrogado, conforme manifestação da Coordenadoria de Contratos, faz-se necessária nova contratação para que haja solução de continuidade nos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO;

3.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem os sistemas de ar-condicionado e de exaustão instalados no Edifício Sede, nos prédios Anexo I, Anexo II e Anexo III, nas Portarias A e B e na Escola de Contas do TCM-SP, incluindo, ainda, o sistema de exaustão de gorduras e o sistema de refrigeração da câmara fria do restaurante localizado no prédio Anexo II;

3.2 A contratação compreende a manutenção de um **conjunto estimado de aproximadamente 316 (trezentas e dezesseis) unidades (conforme lista de equipamentos do Anexo II)**, entre equipamentos de ar-condicionado e sistemas de exaustão distribuídos entre os edifícios e as áreas mencionadas, conforme levantamento técnico realizado pela Unidade Técnica de Infraestrutura e Conservação (UTIC);

3.3 Os quantitativos indicados **possuem caráter estimativo**, podendo sofrer variações ao longo da vigência contratual em razão de alterações na infraestrutura, substituição de equipamentos, adequações decorrentes de mudanças de layout ou instalação de novos sistemas, sem que tais ajustes impliquem descaracterização do objeto, observado o escopo e os limites estabelecidos neste TR;

3.4 A ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS CONTEMPLA:

3.4.1. Execução de manutenções preventivas, preditivas e corretivas dos sistemas de ar-

condicionado e de exaustão, de forma contínua, conforme rotinas e critérios definidos neste TR e em seus anexos;

3.4.2. Execução de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCM-SP, de forma contínua, conforme rotinas e critérios definidos neste TR e em seus anexos;

3.4.3. Execução de serviços técnicos por demanda, de caráter eventual, relacionados a adequações decorrentes de mudanças de *layout*, remanejamento ou instalação de novos equipamentos de climatização e exaustão, mediante solicitação formal da Administração e autorização da fiscalização;

3.4.4. Execução de análises de sujidade dos sistemas, em conformidade com a ABNT NBR 15.848, com periodicidade anual, emitindo relatório técnico circunstanciado contendo os resultados obtidos para apreciação da fiscalização do contrato;

3.4.5. Fornecimento, por demanda, de insumos, equipamentos e componentes necessários à manutenção, quando necessário e devidamente justificado.

3.5 Os serviços deverão ser executados de modo a garantir a adequada operação dos sistemas, a segurança das instalações, a qualidade do ar interior, o conforto térmico dos ambientes e a preservação da infraestrutura predial do TCM-SP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

4.1. É vedada a subcontratação do objeto;

4.1.1. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de atividades pontuais, específicas e de natureza acessória ou altamente especializada, desde que previamente justificada pela CONTRATADA e expressamente autorizada pela fiscalização do contrato, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do objeto e por todas as obrigações assumidas perante a Administração.

4.2. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e legais compatíveis com a natureza e a complexidade dos serviços a serem prestados, de modo a assegurar a adequada execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão, bem como a manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria do restaurante;

4.3. Será garantido o **direito de vistoria** aos interessados, conforme especificações do Edital.

4.4. A CONTRATADA deverá **possuir as competências e comprovar as qualificações técnicas** de acordo com o especificado no Edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL;

5.1. Os serviços relativos ao objeto desse TR deverão ser executados em todos os equipamentos de acordo com os subitens 1.2 e 1.2.1 e deverão observar a legislação e normas técnicas vigentes aplicáveis, especialmente:

- a) NBR – 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada;
- b) NR-5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- c) NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- d) NR-9 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
- e) NR-10 - Serviços com instalações elétricas;
- f) NR-35 - Serviços em Altura;
- g) Resolução RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- h) Lei Federal 13.589/2018. Legitima que os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes climatizado artificialmente devem dispor de PMOC, obrigando assim que se cumpram às necessidades de atendimento e observância dos parâmetros normativos e de qualidade regulamentados pela ABNT e ANVISA;
- i) NBR – 13971/97 da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT;
- j) NBR – 5462/1994 - Confiabilidade e manutenibilidade - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- k) NBR – 16401-1 - Instalação de ar-condicionado – Sistemas Centrais e Unitários – Parte 1: projetos das instalações;
- l) NBR – 16401-2 - Instalação de ar-condicionado – Sistemas Centrais e Unitários – Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;
- m) NBR – 16401-3 - Instalação de ar-condicionado – Sistemas Centrais e Unitários – Parte 3: Qualidade do ar interior;
- n) NBR – 14679 - Sistemas de ar condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- o) NBR – 16069 - Instalações frigoríficas e sistemas de refrigeração;
- p) Portaria 3523/98 – Ministério da Saúde – que garante a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados;
- q) RENABRAVA I – Recomendação Normativa ABRAVA para Execução de Serviços de Limpeza e Higienização de Sistemas de Distribuição de Ar; I. RENABRAVA II – Recomendação Normativa ABRAVA para Conforto e Qualidade do Ar Interior;
- r) Norma Brasileira, ABNT 15848/2010 – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar de interior.

5.2. Além das normas expressamente mencionadas no item 5.1, os serviços deverão observar toda a legislação, normas técnicas e regulamentações vigentes aplicáveis à execução do objeto contratual;

5.3. O prazo de execução dos serviços será de **36 (trinta e seis) meses** a contar da data estipulada na Ordem de Início emitida pelo fiscal do contrato;

5.4. O envio da Ordem de Início de Serviços se dará de forma eletrônica, **com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do e-mail.** Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido no subitem anterior (5.3) para o início da prestação do serviço;

5.5. Os serviços serão prestados no Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), localizada na Avenida Professor Ascendino Reis, 1130 - Vila Clementino - São Paulo/SP – CEP 04027-000;

5.5.1. O endereço da CONTRATANTE integra a Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), nos termos do Decreto Municipal nº 56.920/2016 e normas complementares vigentes, que estabelecem restrições ao trânsito de veículos de carga nos dias e horários definidos pela legislação municipal.

5.6. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, cujo valor deverá ser considerado quando da elaboração da proposta comercial;

5.7. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), uniforme e crachá devidamente identificados, bem como deverão respeitar as normas internas de conduta e circulação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

5.8. A CONTRATADA deverá fornecer previamente à fiscalização lista nominal dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, bem como a relação dos veículos que eventualmente necessitem ingressar nas dependências do TCM-SP, para fins de controle de acesso pela equipe de Segurança;

5.9. Antes do início da execução contratual, será realizada reunião técnica entre a fiscalização e a CONTRATADA, ocasião em que deverá ser apresentado o cronograma detalhado de execução dos serviços para análise e aprovação;

5.10. Os serviços que demandem execução fora do horário regular de expediente deverão ser previamente discutidos com a Unidade Técnica de Infraestrutura e Conservação (UTIC), a fim de que seja deliberada sua liberação para realização aos finais de semana ou em horários excepcionais;

5.11. PMOC: O Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) é o plano de trabalho elaborado para cada equipamento ou sistema, com uma descrição pormenorizada dos serviços que visam à manutenção, operação e controle em suas respectivas etapas, fases, sequências e periodicidade para execução desses serviços. **É dever da CONTRATADA elaborar o PMOC para os serviços constantes desse TR.**

5.12. MANUTENÇÕES PREVENTIVAS;

5.12.1. Definição: Manutenção realizada em intervalos predeterminados ou conforme critérios técnicos estabelecidos, destinada a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas, minimizar a degradação do desempenho e preservar as condições operacionais dos equipamentos;

5.12.2. Objetivo: As manutenções preventivas têm por objetivo assegurar o funcionamento contínuo, seguro e eficiente dos sistemas de climatização, compreendendo, entre outros, os seguintes resultados:

- a) Prolongamento da vida útil dos equipamentos;
- b) Manter os componentes limpos e em condições adequadas de operação, prevenindo a proliferação de sujeira, fungos e microrganismos;

- c) Reduzir a ocorrência de falhas inesperadas e, conseqüentemente, minimizar custos com intervenções corretivas e substituições de peças;
- d) Contribuir para a eficiência energética dos sistemas ajudando na redução do consumo de energia;
- e) Garantir a qualidade do ar interior, em conformidade com a Portaria MS nº 3.523/1998 e a Resolução RE nº 9/2003 da ANVISA, bem como com a Lei Federal nº 13.589/2018 (PMOC).

5.12.3. A Manutenção Preventiva compreende o conjunto de atividades destinadas a prevenir falhas, panes e quebras dos equipamentos, assegurando seu adequado desempenho operacional.

Incluem- se, entre outras, as seguintes atividades:

- a) Inspeções técnicas periódicas;
- b) Reapertos de conexões mecânicas e elétricas;
- c) Substituição de componentes sujeitos a desgaste natural;
- d) Serviços de conservação, tais como lubrificação, limpeza de equipamentos e áreas de instalação, e pequenos reparos;
- e) Ajustes e regulagens;
- f) Medições elétricas e térmicas (corrente, tensão, temperatura e demais parâmetros operacionais);
- g) Verificação, complementação ou reposição de fluido refrigerante, quando tecnicamente necessária;
- h) Substituição de filtros, correias e demais materiais de consumo indispensáveis ao pleno funcionamento dos sistemas;
- i) Execução de quaisquer outros serviços correlatos necessários à prevenção de danos e à preservação das condições operacionais dos equipamentos, conforme, inclusive, o PMOC.

5.12.4. A CONTRATADA deverá enviar, no mínimo, 02 (dois) profissionais com as devidas qualificações técnicas para a execução das manutenções preventivas.

5.13. MANUTENÇÕES CORRETIVAS:

5.13.1. Definição: Consiste no conjunto de intervenções técnicas executadas após a constatação de falha, defeito ou anomalia no equipamento ou sistema, com a finalidade de restabelecer suas condições normais de funcionamento, garantindo a segurança, confiabilidade e desempenho adequado;

5.13.2. Objetivo: Corrigir falhas ou defeitos que comprometam total ou parcialmente o funcionamento dos equipamentos ou sistemas, assegurando o restabelecimento das condições operacionais previstas;

5.13.3. A manutenção corretiva será caracterizada pela ocorrência de falha que provoque a paralisação total ou parcial do sistema ou a redução significativa de seu desempenho, comprometendo o conforto térmico, a qualidade do ar ou a operação regular do ambiente atendido;

5.14. MANUTENÇÕES PREDITIVAS:

5.14.1. Definição: Manutenção baseada no monitoramento sistemático das condições operacionais dos equipamentos, por meio da aplicação de técnicas de análise e diagnóstico, com o objetivo de identificar indícios de degradação ou falhas potenciais antes que comprometam o desempenho do sistema;

5.14.2. Objetivo: Antecipar a ocorrência de falhas mediante a detecção precoce de anomalias, possibilitando o planejamento e a programação de intervenções corretivas em momento oportuno, de forma a evitar paralisações inesperadas e preservar a confiabilidade dos sistemas;

5.14.3. As análises realizadas deverão ser registradas em relatório técnico circunstanciado, contendo os parâmetros avaliados, diagnóstico identificado, recomendações e eventuais ações corretivas a serem adotadas;

5.14.4. A CONTRATADA deverá possuir os materiais necessários para realizar as técnicas de Ferrografia, Vibração, Ultrassom e Termografia nos equipamentos de refrigeração e ar-condicionado;

- a) **Ferrografia:** Aponta o desgaste de máquinas por meio de amostras de lubrificante, identificando os tipos de problemas existentes para orientar ações nos pontos de desgaste ou acidez e viscosidade;
- b) **Vibração:** Medir e coletar informações operacionais que oferece para a manutenção de equipamentos rotativos;
- c) **Ultrassom:** Aplicável em diversos pontos, permite identificar vazamentos em linhas gases, deficiência de lubrificação, problemas elétricos, etc.;
- d) **Termografia:** Possibilita observar padrões de variação de temperaturas, determinando a condição operacional e de segurança de componentes elétricos e mecânicos.

5.15. MANUTENÇÕES NO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO E EXAUSTÃO DOS BANHEIROS:

5.15.1. As descrições da periodicidade de cada serviço a ser executado estão discriminadas no Anexo III e **deverá estar em concordância com o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), que será fornecido pela CONTRATADA de serviços em até 15 (quinze) dias corridos da data de início constante na Ordem de Início** emitida pela fiscalização;

- a) A relação de serviços e periodicidade constante no Anexo II possui caráter exemplificativo, devendo ser incluídas outras atividades correlatas necessárias à adequada execução do objeto contratual e ajustada a periodicidade se for tecnicamente justificável.

5.15.2. A primeira manutenção preventiva e preditiva iniciará em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data estipulada de início dos serviços na Ordem de Início dos Serviços, observando o disposto no item 5.15.4 alínea “a”;

5.15.3. A **manutenção preditiva será realizada trimestralmente** com datas agendadas de acordo com o PMOC e autorizadas pela fiscalização do contrato;

5.15.4. A **manutenção preventiva** deverá ser realizada mensalmente, no período de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 17h ou em outro horário a ser definido pela fiscalização do contrato;

- a) A **manutenção preventiva deverá ser programada para ocorrer em período mínimo de 12 (doze) dias úteis**, podendo esse prazo ser estendido quando necessário para assegurar a

execução integral dos serviços previstos neste TR;

- b) Deverão ser executados todos os serviços conforme descritos no Anexo III, no PMOC e os demais serviços que forem necessários;
- c) Quando houver necessidade, poderá haver serviços de manutenção preventiva em dias não úteis, a fim de não comprometer os trabalhos do TCM-SP, desde que comunicado previamente ao fiscal do contrato e que por ele seja autorizado;
- d) Durante a execução das manutenções preventivas, os profissionais **poderão atender os chamados de manutenção corretiva de caráter urgente**. Se necessário, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe adicional para assegurar o atendimento tempestivo das ocorrências, sem prejuízo das atividades programadas;
- e) A CONTRATADA deverá realizar os procedimentos de limpeza e higienização de sistemas climatizados com produtos não tóxicos nas casas de máquinas, tomadas de ar exterior, unidades condicionadoras, grelhas, difusores, evaporadoras e splits;
- f) A CONTRATADA deverá verificar mensalmente, e sempre que necessário, os equipamentos CSNET HITACHI, localizados no 3º andar do Edifício Sede, realizando atualizações de *Software*, instalações, edições, configurações de *IP*, manutenções e inclusão de novos equipamentos VRF, quando necessário.

5.15.5. A CONTRATADA deverá realizar os serviços de **manutenção corretiva** por meio do envio de técnicos ao local da instalação, a pedido da CONTRATANTE, para eliminação de falhas e/ou outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias;

- a) A manutenção corretiva deverá ser realizada no período de segunda-feira a domingo, no horário a ser definido conjuntamente com os fiscais do contrato para normalização do funcionamento do equipamento ou outras providências;
- b) A manutenção corretiva **deverá ser atendida em até 02 (duas) horas após a solicitação da manutenção**, concluindo os serviços em até 48 (quarenta e oito) horas;
- c) Se o reparo depender de troca de peças, **o prazo de 48 (quarenta e oito) horas será contado a partir da data da Ordem de Serviço correspondente**, que deverá ser emitida quando a peça estiver disponível para substituição;
- d) Havendo necessidade de reposição de peças e componentes, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE um relatório detalhado, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, atestando o defeito, suas prováveis causas e as peças e/ou componentes a serem substituídos, bem como fazer a juntada do orçamento detalhado com valores unitário, global e prazo de validade, que não deverá ser inferior a 15 (quinze) dias.

5.15.6. Os serviços executados não poderão interferir com o desenvolvimento normal das atividades do TCM-SP;

5.15.7. Ao final de cada vistoria ou manutenção, a CONTRATADA **deverá apresentar relatório técnico detalhado**, contendo a descrição dos serviços executados, os diagnósticos realizados e a identificação dos itens que demandem substituição em intervenções futuras, com indicação de quantidades e especificações técnicas. O documento deverá incluir, no mínimo, as seguintes

informações:

- a) Descrição sumária dos equipamentos revisados, constando marca, modelo, nº de série e nº de Patrimônio, quando houver, capacidade de refrigeração e local de instalação. Essas informações poderão constar no PMOC e identificar cada equipamento para vistorias/manutenções posteriores;
- b) Data e hora de início e término dos serviços;
- c) Informar o surgimento de avarias e paradas repentinas dos equipamentos;
- d) Informar as condições inadequadas encontradas ou iminências de ocorrências que possam prejudicar o pleno funcionamento dos equipamentos revisados.

5.15.8. A CONTRATADA **deverá emitir planilhas e relatórios mensais, em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão dos serviços**, com registro de todas as informações técnicas de funcionamento dos equipamentos, abrangendo: amperagem, voltagem, temperaturas, vazões, níveis de pressão e todas as informações indicativas do adequado funcionamento do sistema;

5.15.9. A CONTRATADA **deverá emitir planilhas e relatórios trimestrais, em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão dos serviços**, com os dados obtidos pela manutenção preditiva, com informações técnicas necessárias e previsões de problemas futuros, para que esta Unidade Técnica possa executar as ações necessárias, evitando assim problemas ou falhas futuras;

5.15.10. A CONTRATADA **deverá apresentar o relatório técnico mensal, em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão dos serviços, das condições atuais dos sistemas de ar-condicionado do Penário**, apontando as falhas constatadas, os componentes a serem substituídos, as possíveis causas dos problemas identificados e quais as consequências de não providenciar a ação corretiva devida. por fim, o relatório deverá conter um cronograma para execução dos serviços corretivos levantados;

5.15.11. A CONTRATADA **deverá apresentar relatório técnico específico sempre que realizar intervenção de manutenção corretiva**, contendo a descrição detalhada da falha identificada, das providências adotadas e dos resultados obtidos;

5.15.12. **Mediante solicitação da Administração**, a CONTRATADA deverá executar serviços de remoção e realocação de aparelhos instalados, prestar assessoramento técnico para aquisição de novos equipamentos e realizar sua instalação, incluindo-os no escopo do PMOC. **O prazo para execução será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal da fiscalização.**

5.16. FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O SISTEMA DE AR-CONDICIONADO E EXAUSTÃO DOS BANHEIROS:

5.16.1. A CONTRATADA arcará e será responsável pela aquisição, instalação e operação de **todo material de consumo básico, necessário à prestação dos serviços de manutenção**. Esses materiais deverão ser contemplados no preço ofertado pela CONTRATADA e ela será responsável pelo seu fornecimento;

5.16.1.1. São considerados materiais de consumo básico:

- a) Materiais para vedação, isolamento elastomérico, limpeza, lubrificação e manutenção do sistema em geral;

- b) Fusíveis, reles, válvulas, sensores, disjuntores, contadores, termostatos, pressostatos, válvulas, chaves e demais componentes mecânicos, elétricos, eletroeletrônicos e eletromecânicos necessários para a manutenção dos sistemas;
- c) Polias, rolamentos, tubos, mangueiras e correias;
- d) Gás refrigerante para os equipamentos baseado na necessidade das manutenções, como por exemplo: R22, R410A, R32, R407C, R141B (limpeza).

5.16.1.2. Exceto quando para remanejamento de máquinas e/ou alterações de layout que, nesse caso, será fornecido pela CONTRATANTE através de medição por demanda.

5.16.2. Os serviços relacionados às manutenções, acompanhados da aplicação de quaisquer materiais complementares necessários aos trabalhos, tais como ferramentas, instrumentos de medição, produtos de limpeza (não tóxicos, não inflamáveis, inodoros e biodegradáveis), fitas isolantes, conectores, etc., correrão às expensas da empresa CONTRATADA;

5.16.3. Os filtros serão fornecidos pela CONTRATANTE quando necessários para substituição;

- a) As substituições dos filtros deverão ocorrer conforme a programação estabelecida no PMOC, observadas as recomendações técnicas aplicáveis, **e estarão condicionadas à autorização da fiscalização do contrato, que poderá ajustar a periodicidade com base em análises técnicas devidamente fundamentadas;**
- b) A Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, ANVISA informa que os filtros de ar das unidades de tratamento de ar, evaporadoras e condensadoras de ar devem ser substituídos no máximo a cada 3 (três) meses;

5.16.4. A CONTRATADA **obrigatoriamente fornecerá o(s) Equipamento(s) de Proteção Individual (EPI) e orientará seus empregados quanto à necessidade de usá-los**, em observância às normas de segurança do trabalho vigente;

5.16.5. Serviços por demanda:

- a) A execução dos serviços por demanda dependerá de autorização prévia da fiscalização e de relatório técnico emitido pela CONTRATADA quando solicitado. **Os insumos e a mão de obra utilizados serão remunerados mediante medição específica, conforme os quantitativos efetivamente empregados, devidamente comprovados, conferidos e aprovados, observados os valores unitários estabelecidos na tabela de insumos e mão de obra constante no CONTRATO;**
- b) Os insumos por demanda não se confundem com materiais de consumo básico já contemplados no valor mensal e que devem ser fornecidos pela CONTRATADA;
- c) A CONTRATADA deverá atender às solicitações da CONTRATANTE, quando formalmente demandadas pela fiscalização, para execução de serviços de instalação de novos equipamentos, remanejamento de ambientes, mudança de local de equipamentos de climatização e exaustão, desde que tais serviços guardem pertinência com o objeto contratado e observados os limites e condições previstos neste Termo de Referência;
- d) A CONTRATADA deverá encaminhar à fiscalização do contrato, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da solicitação formal**, relatório técnico contendo o detalhamento dos

materiais e insumos necessários, a estimativa de quantitativos, bem como o prazo previsto para execução do serviço demandado.

- e) Os serviços serão executados nas datas previamente programadas pela CONTRATANTE, observada a estimativa de prazo apresentada pela CONTRATADA no subitem anterior.
- f) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica devidamente qualificada, em quantitativo compatível com a demanda autorizada, assegurando os meios operacionais necessários à execução integral e tempestiva dos serviços.
- g) A CONTRATADA deverá comunicar previamente à fiscalização do contrato, mediante justificativa técnica fundamentada, sempre que verificar a necessidade de prorrogação do prazo programado e/ou de utilização de quantitativos adicionais de insumos, cabendo ao Fiscal analisar e deliberar quanto à aprovação ou não da solicitação.

5.17. MANUTENÇÕES NO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GORDURAS E DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DA CÂMARA FRIA;

5.17.1. A **manutenção preventiva** deverá ser realizada mensalmente, no período de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 17h ou em outro horário a ser definido pela fiscalização do contrato;

5.17.2. A **manutenção preventiva** deverá ser programada para ocorrer em **período mínimo de 02 (dois) dias úteis**, podendo esse prazo ser estendido quando necessário para assegurar a execução integral dos serviços previstos neste TR;

5.17.3. A primeira manutenção preventiva iniciará em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data estipulada de início na Ordem de Início dos Serviços, observando o disposto no item 5.17.2;

5.17.4. Quando houver necessidade, poderá haver serviços de manutenção preventiva em dias não úteis, a fim de não comprometer os trabalhos do TCM-SP, desde que comunicado previamente ao fiscal do contrato e por ele seja autorizado;

5.17.5. Deverão ser executados todos os serviços conforme o **PMOC**, que deverá ser apresentado **em até 15 (quinze) dias** após o início dos serviços, e todos os demais serviços necessários a execução plena do objeto;

5.17.6. Durante a execução das manutenções preventivas, os profissionais **poderão atender os chamados de manutenção corretiva de caráter urgente**. Se necessário, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe adicional para assegurar o atendimento tempestivo das ocorrências, sem prejuízo das atividades programadas;

5.17.7. A CONTRATADA deverá **realizar todos os serviços de limpeza das coifas e dos dutos**, tais como:

- a) Limpeza manual interna e externa das coifas e respectivos damper's corta fogo com produto biodegradável e desincrustante industrial e ferramentas (espátulas);
- b) Limpeza dos sistemas de drenagem das coifas;
- c) Limpeza dos bicos de pulverização das coifas;
- d) Limpeza das calhas d'água através de raspagem das coifas;
- e) Proceder à limpeza dos filtros e acessórios das coifas;

- f) Limpeza manual interna e externa dos dutos do sistema com produto biodegradável desincrustante industrial e ferramentas (espátula). Este processo não poderá danificar a pintura;
- g) Inspeccionar, ajustar e limpar todas as portas de visita / inspeção dos dutos;
- h) Limpeza interna e externa da central de lavagem;
- i) Verificar mangueiras, conexões e bomba d'água da central de lavagem;
- j) Demais serviços necessários à limpeza das coifas e dos dutos de exaustão de gorduras, conforme lista exemplificativa do Anexo II, PMOC normas e legislações vigentes.

5.17.8. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, segundo o Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva, dentro das especificações e condições previstas neste TR, promovendo a eliminação de defeitos dos equipamentos, quaisquer que sejam os fatores causadores, inclusive defeitos e avarias provocadas por fatores externos, bem como defeitos causados por ação de terceiros, desde que relacionados à execução contratual ou que possam ser sanados no âmbito das atividades de manutenção previstas neste instrumento, observado o respectivo nexo de causalidade;

5.17.9. A CONTRATADA deverá realizar os serviços de **manutenção corretiva** por meio do envio de técnicos ao local da instalação, a pedido da CONTRATANTE, para eliminação de falhas e/ou outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias;

- a) A manutenção corretiva deverá ser realizada no período de segunda-feira a domingo, no horário a ser definido conjuntamente com os fiscais do contrato para normalização do funcionamento do equipamento ou outras providências;
- b) A manutenção corretiva **deverá ser atendida em até 02 (duas) horas após a solicitação da manutenção**, concluindo os serviços em até 24 (vinte e quatro) horas;
- c) Se o reparo depender de troca de peças, **o prazo de 24 (vinte e quatro) horas será contado a partir da data da Ordem de Serviço correspondente**, que deverá ser emitida quando a peça estiver disponível para substituição;
- d) Havendo necessidade de reposição de peças e componentes, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE um relatório detalhado, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, atestando o defeito, suas prováveis causas e as peças e/ou componentes a serem substituídos, bem como fazer a juntada do orçamento detalhado com valores unitário, global e prazo de validade, que não deverá ser inferior a 15 (quinze) dias;
- e) Excepcionalmente, **os prazos de execução mencionados nos itens acima poderão ser prorrogados, a critério do CONTRATANTE**, desde que devidamente justificado;
- f) Os serviços executados não poderão interferir com o desenvolvimento normal das atividades do TCM-SP.

5.17.10. Ao final de cada vistoria ou manutenção, a CONTRATADA **deverá apresentar relatório técnico detalhado**, contendo a descrição dos serviços executados, os diagnósticos realizados e a identificação dos itens que demandem substituição em intervenções futuras, com indicação de quantidades e especificações técnicas. O documento deverá incluir, no mínimo, as seguintes

informações:

- a) Descrição sumária dos equipamentos revisados, constando marca, modelo, n.º de série e n.º de Patrimônio, quando houver. Essas informações poderão constar no PMOC e identificar cada equipamento para vistorias/manutenções posteriores;
- b) Data e hora de início e término dos serviços;
- c) Informar o surgimento de avarias e paradas repentinas dos equipamentos;
- d) Informar as condições inadequadas encontradas ou eminências de ocorrências que possam prejudicar o pleno funcionamento dos equipamentos revisados.

5.17.11. A CONTRATADA **deverá apresentar o relatório técnico mensal da manutenção preventiva realizada, em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão dos serviços**, contendo das condições atuais dos sistemas, apontando as falhas constatadas, quando houver, os componentes a serem substituídos, as possíveis causas dos problemas identificados e quais as consequências de não providenciar a ação corretiva devida. Por fim, o relatório deverá conter um cronograma para execução dos serviços corretivos levantados;

5.17.12. A CONTRATADA **deverá apresentar relatório técnico específico sempre que realizar intervenção de manutenção corretiva**, contendo a descrição detalhada da falha identificada, das providências adotadas e dos resultados obtidos;

5.18. FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GORDURAS E PARA O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DA CÂMARA FRIA;

5.18.1. A CONTRATADA arcará e será responsável pela aquisição, instalação e operação de **todo material de consumo básico**, necessário à prestação dos serviços de manutenção. Esses materiais deverão ser contemplados no preço ofertado pela CONTRATADA e ela será responsável pelo seu fornecimento;

5.18.2. São considerados materiais de consumo básico:

- a) Materiais para vedação, limpeza, lubrificação, graxa, pasta de limpeza, removedores, tintas, líquidos refrigerantes, estopas e abraçadeiras;
- b) Fusíveis, sensores, válvulas, reles, contadores, termostatos, pressostatos, chaves e demais componentes mecânicos, elétricos, eletroeletrônicos e eletromecânicos necessários para a manutenção dos sistemas;
- c) Polias, rolamentos, tubos, mangueiras e correias.

5.18.3. Os serviços relacionados às manutenções, acompanhados da aplicação de quaisquer materiais complementares necessários aos trabalhos, tais como ferramentas, instrumentos de medição, produtos de limpeza (não tóxicos, não inflamáveis, inodoros e biodegradáveis), fitas isolantes, conectores, etc., correrão às expensas da empresa CONTRATADA.

5.18.4. Os filtros serão fornecidos pela CONTRATANTE quando necessários para substituição.

5.19. ANÁLISE DE SUJIDADE DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO:

5.19.1. Objetivo: Determinar os níveis de contaminação biológicos nas redes de dutos dos sistemas climatizados para avaliar procedimentos de limpeza e higienização.

5.19.2. A CONTRATADA deverá realizar análise de sujidade dos sistemas de climatização, em conformidade com a ABNT NBR 15.848, NBR 16401-3 e demais normas aplicáveis à Qualidade do Ar Interior;

5.19.3. A CONTRATADA deverá apresentar o escopo dos serviços previamente para a aprovação do fiscal do contrato;

5.19.4. A primeira análise deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos da data de início dos serviços;

5.19.5. A análise deverá ser realizada no mínimo a cada 12 (doze) meses.

5.19.6. A análise deverá abranger, no mínimo:

- a) 14 (catorze) pontos de análise, conforme locais estabelecidos no escopo inicial que deverá ser aprovado pela fiscalização do contrato;
- b) Inspeção visual interna dos dutos, quando acessíveis;
- c) Avaliação das condições de limpeza de serpentinas, bandejas de condensadoras e filtros;
- d) Verificação de presença de particulados, acúmulo de poeira ou matéria orgânica;
- e) Inspeção das condições de vedação e integridade dos componentes;
- f) Registro fotográfico dos pontos inspecionados;
- g) Avaliação de risco sanitário decorrente da sujidade identificada.

5.19.7. A inspeção deverá ser realizada por profissional habilitado, com emissão de relatório técnico circunstanciado, contendo:

- a) Identificação do equipamento ou trecho analisado;
- b) Metodologia utilizada;
- c) Resultados obtidos;
- d) Conclusão quanto à necessidade ou não de higienização;
- e) Recomendação técnica fundamentada.

5.19.8. Deverá ser emitido Laudo de Avaliação por laboratório independente, conforme requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005.

- a) O Laudo deverá ser emitido de acordo com as normas e legislações vigentes e assinado por profissional competente;
- b) O Laudo deverá possuir validade mínima de 01 (um) ano.

5.20. EQUIPAMENTOS E COMPONENTES POR DEMANDA

5.20.1. Sempre que necessário à adequada manutenção e funcionamento dos sistemas de climatização e exaustão, a CONTRATADA deverá fornecer componentes e equipamentos de reposição, **mediante solicitação da fiscalização do contrato e conforme valores e especificações da tabela de peças constante do CONTRATO;**

5.20.2. O fornecimento dos equipamentos e componentes somente será realizado mediante

relatório técnico devidamente assinado por profissional habilitado e após prévia autorização da fiscalização do contrato;

5.20.3. O relatório técnico deverá ser apresentado **em até 05 (cinco) dias corridos** após a solicitação formal da CONTRATANTE, contendo todas as informações necessárias, tais como a identificação dos equipamentos ou componentes a serem substituídos, suas respectivas quantidades e a descrição das avarias que justificam a necessidade de sua substituição;

5.20.4. A critério da fiscalização do contrato, poderá ser exigido laudo técnico complementar para justificar a substituição do componente ou equipamento, o qual deverá ser apresentado **em até 10 (dez) dias corridos**;

5.20.5. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a proposta, o prazo para fornecimento dos componentes ou equipamentos, que deverá ser de **até 15 (quinze) dias corridos**.

5.20.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços de instalação e/ou manutenção **em até 05 (cinco) dias corridos** após a disponibilização dos componentes e/ou equipamentos, observada a programação estabelecida pela CONTRATANTE;

5.20.7. Os serviços poderão ser executados em horários fora do expediente, quando necessário e a critério da fiscalização do contrato, a fim de garantir a continuidade da operacionalidade dos sistemas e evitar prejuízo às atividades do TCM-SP.

5.20.8. Os equipamentos e componentes fornecidos deverão ser novos, compatíveis com os equipamentos existentes e **possuir garantia mínima de 12 (doze) meses**.

5.20.9. Caso seja necessário prazo superior ao estabelecido no item 5.20 e em seus subitens, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica devidamente fundamentada, a qual será submetida à análise da fiscalização do contrato, que decidirá quanto à sua aceitação, podendo estabelecer novo prazo para execução.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

6.1. A CONTRATADA deverá providenciar a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e demais documentos técnicos necessários, referente aos serviços objeto deste Termo de Referência, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** contados da data de início da execução contratual constante na Ordem de Início de Serviços, mantendo-a válida e atualizada durante toda a vigência do contrato.

6.2. A CONTRATADA deverá, **em até 60 (sessenta) dias corridos da vigência contratual**, realizar diagnóstico técnico completo e *checklist* de todos os equipamentos, painéis e sistemas de ar-condicionado abrangidos pelo objeto, elaborando relatório circunstanciado contendo as condições operacionais verificadas, o estado de conservação, eventuais não conformidades identificadas e as recomendações técnicas para correção;

6.3. A CONTRATADA deverá, **em até 60 (sessenta) dias corridos da vigência contratual**, apresentar relatório técnico inicial contendo as constatações apuradas nas inspeções realizadas, por local e por equipamento.

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico após cada visita, contendo diagnóstico e *checklist*

dos equipamentos atendidos, com registro das ocorrências identificadas, indicação de eventuais não conformidades e relação dos componentes cuja substituição se faça necessária, indicando a previsão para sua regularização;

6.5. A CONTRATADA deverá indicar responsável técnico devidamente registrado no CREA, que responderá pelo acompanhamento e supervisão técnica da execução contratual, inclusive pela elaboração do PMOC, relatórios e laudos técnicos;

6.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, incluindo, entre outros, instrumentos de medição, equipamentos para testes e manutenção, produtos de limpeza específicos para sistemas de climatização e demais insumos indispensáveis ao pleno cumprimento do objeto;

6.6.1. Os materiais de consumo deverão ser substituídos e repostos sempre que necessário, sem ônus adicional à Administração, quando inerentes à manutenção preventiva e rotineira;

6.6.2. As peças e componentes aplicados deverão ser novos, compatíveis com as especificações técnicas dos fabricantes dos equipamentos e acompanhados de documentação que comprove sua origem, quando solicitado;

6.6.3. É vedada a utilização de peças usadas, recondicionadas ou de procedência duvidosa sem prévia e expressa autorização da fiscalização.

6.6.4. Caso seja identificada a necessidade de reparo em equipamentos ou locais de difícil acesso, ou quando a execução do serviço depender da retirada de componente danificado cuja substituição exija prazo superior ao estipulado, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, apresentando justificativa técnica fundamentada e propondo novo prazo para regularização, sujeito à análise e aprovação da fiscalização.

6.7. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter arquivados, em meio físico ou digital, todos os registros técnicos, disponibilizando-os à fiscalização sempre que solicitado;

6.8. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento (telefone e e-mail) para abertura de chamados técnicos e demais tratativas contratuais;

6.9. Caso o problema não seja solucionado no prazo estipulado, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica formal, a ser analisada pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

6.10. A CONTRATADA deverá cumprir as datas previamente estabelecidas pela fiscalização para execução dos serviços;

6.11. Todas as regulagens, calibrações e configurações deverão observar as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis;

6.12. Os relatórios deverão evidenciar o atendimento às normas técnicas da ABNT, às Normas Regulamentadoras e demais legislações aplicáveis;

6.13. Juntamente com os relatórios, sempre que necessário, deverá ser apresentada relação detalhada dos componentes que necessitem de substituição, com suas respectivas especificações técnicas;

6.14. Identificada a paralisação de equipamento, a CONTRATADA deverá registrar imediatamente em relatório técnico as causas identificadas e os componentes afetados;

- 6.15.** A existência de equipamento inoperante não exime a CONTRATADA da execução das manutenções previstas neste TR nos demais equipamentos, caso necessite deverá ser disponibilizado tantos quantos profissionais sejam necessários para os atendimentos;
- 6.16.** A CONTRATADA é responsável técnica e civilmente pela segurança de seus empregados, equipamentos e materiais utilizados na execução contratual;
- 6.17.** Mediante justificativa formal, a fiscalização poderá solicitar a substituição de empregado da CONTRATADA cuja atuação seja considerada inadequada, devendo a substituição ocorrer **em até 05 (cinco) dias corridos**;
- 6.18.** A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe mínima compatível com o porte do contrato, composta por, no mínimo, **02 (dois) profissionais habilitados**, conforme qualificação técnica prevista neste TR;
- 6.19.** Nos últimos **60 (sessenta) dias de vigência contratual**, a Contratada deverá apresentar documentação “as built” atualizada das instalações sob sua responsabilidade, contemplando eventuais alterações realizadas durante a execução do contrato;
- 6.20.** A CONTRATADA deverá identificar adequadamente seus equipamentos e materiais, de modo a evitar confusão com os bens da CONTRATANTE;
- 6.21.** A CONTRATADA deverá refazer, sem ônus adicional, quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas ou com este TR;
- 6.22.** A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer situação identificada durante a execução dos serviços que represente risco à segurança das pessoas, ao patrimônio ou à continuidade das atividades institucionais, apresentando, quando possível, recomendação técnica para mitigação do risco;
- 6.23.** A CONTRATADA será responsável pelo recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a filtros, óleos, fluidos refrigerantes, componentes substituídos e demais materiais descartados, observando a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis;
- 6.23.1.** Sempre que solicitado, deverá apresentar comprovantes de destinação adequada emitidos por empresa devidamente licenciada.
- 6.24.** A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano ou prejuízo de ordem material ou pessoal que venha a ser causado, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, ao patrimônio da Administração, a seus servidores ou a terceiros, desde que comprovado o nexo de causalidade com a execução contratual;
- 6.25.** A CONTRATADA responderá pelos acidentes de trabalho ou eventos danosos ocorridos com seus empregados, prepostos ou representantes durante a execução contratual, bem como por danos pessoais causados a servidores ou terceiros, quando comprovado que decorreram de ação ou omissão a ela imputável, sem prejuízo das responsabilidades previstas na legislação aplicável;
- 6.26.** A CONTRATADA deverá apresentar seus empregados e prepostos devidamente uniformizados e identificados durante a execução dos serviços, sendo de sua responsabilidade o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da relação de emprego, inclusive quanto ao

fornecimento ou custeio de transporte e alimentação, quando exigidos pela legislação vigente ou por acordo coletivo aplicável;

6.27. A CONTRATADA deverá executar todas as manutenções com profissionais qualificados e devidamente habilitados para a realização dos serviços, garantindo, sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização, a presença do responsável técnico;

6.28. Na hipótese de contratação, pela CONTRATANTE, de empresa especializada para execução de serviços de higienização e limpeza dos dutos dos sistemas de climatização, a CONTRATADA deverá acompanhar tecnicamente a execução desses serviços, quando solicitado pela fiscalização do contrato, com a finalidade de verificar possíveis impactos sobre os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, bem como orientar quanto às medidas necessárias para preservar as condições adequadas de operação e manutenção;

6.28.1. O acompanhamento técnico pela CONTRATADA dos serviços de higienização e limpeza de dutos executados por empresa contratada pela CONTRATANTE não implicará transferência de responsabilidade pela execução desses serviços, os quais permanecerão sob responsabilidade exclusiva da empresa CONTRATADA para a higienização e limpeza dos dutos;

6.28.2. Caso a CONTRATADA identifique qualquer procedimento que possa comprometer a integridade dos equipamentos ou o adequado funcionamento do sistema de climatização, deverá comunicar imediatamente à fiscalização do contrato para as providências cabíveis;

6.28.3. O acompanhamento técnico previsto no **item 6.28 e em seus subitens** integram as obrigações contratuais da CONTRATADA e não implicará qualquer custo adicional à CONTRATANTE, permanecendo a execução e a responsabilidade pelos serviços de higienização sob responsabilidade exclusiva da empresa CONTRATADA para essa finalidade.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O CONTRATADO será obrigado a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.5. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.6. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.6.1. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.8.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o fiscal do contrato poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF e junto ao CADIN Municipal;

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

7.11. As penalidades serão aplicadas em conformidade com a legislação vigente e de acordo com as disposições estabelecidas no CONTRATO, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Disponibilizar à CONTRATADA as áreas necessárias à execução dos serviços, em condições adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas neste TR, de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos;

8.2. Fornecer todos os materiais necessários, exceto os de responsabilidade da CONTRATADA, para a manutenção do sistema de ar condicionado. Obedecendo os critérios já informados neste TR;

8.3. Manter registro formal das atividades executadas pela CONTRATADA, bem como de eventuais não conformidades, descumprimentos contratuais ou inobservância das disposições deste TR, visando subsidiar a fiscalização e a adoção das providências administrativas pertinentes;

8.3.1. A CONTRATANTE realizará o registro formal da presença dos funcionários da CONTRATADA, com o objetivo de verificar o cumprimento do período mínimo de dias destinado à execução da manutenção, conforme estabelecido nos subitens 5.16.4 alínea “a”, e/ou 5.18.2 deste Termo de Referência;

- a) Os funcionários da CONTRATADA deverão se apresentar à fiscalização do contrato sempre que comparecerem às dependências do TCM-SP para a execução do objeto contratual;

8.4. Convocar, a qualquer tempo, o preposto da CONTRATADA para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas;

8.4.1. O preposto deverá atender a convocação ou enviar representante devidamente autorizado.

8.5. Estabelecer, em conjunto com a CONTRATADA, a programação das manutenções preventivas, preditivas e corretivas previstas neste TR, assegurando o adequado planejamento das atividades e a compatibilização com o funcionamento das unidades atendidas;

8.6. Solicitar, mediante justificativa formal, a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA cuja atuação se revele inadequada ao cumprimento das obrigações contratuais, bem como exigir o refazimento ou a correção de serviços executados em desconformidade com as disposições deste TR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO;

9.1. A CONTRATADA deverá emitir relatório mensal das manutenções preventivas realizadas e, quando aplicável, relatórios específicos das manutenções corretivas e preditivas executadas, em conformidade com as disposições deste TR;

9.2. Caso haja serviço por demanda, a medição será feita de acordo com os serviços efetivamente executados:

9.2.1. A CONTRATADA deverá comprovar, por meio de registros formais de controle de jornada ou folha de ponto, as horas de mão de obra efetivamente executadas nos serviços por demanda, as quais estarão sujeitas à conferência e aprovação pela fiscalização do contrato para fins de medição e pagamento;

9.2.2. A CONTRATADA deverá encaminhar relatório detalhado dos insumos efetivamente utilizados nos serviços por demanda, contendo especificação técnica, quantitativos e respectivos valores unitários, os quais somente serão considerados para fins de medição e pagamento após conferência e aprovação expressa da fiscalização do contrato.

9.3. A medição física será feita com base no recebimento dos Relatórios de Serviços devidamente assinados pelos responsáveis técnicos;

9.4. A medição física será de acordo com os valores dos serviços mensais, ajustados quando for o caso de adicionais de serviços por demanda e/ou fornecimento de componentes ou equipamentos quando executado dentro do período da medição, devendo ser encaminhada **até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês de prestação dos serviços**, sempre através de *e-mail*.

9.5. A CONTRATANTE terá **até 05 (cinco) dias úteis** para analisar e aprovar a documentação. Concluída a análise, caso haja necessidade de retificação ou complementação dos documentos, a CONTRATADA

deverá ser comunicada por *e-mail* para que proceda com a correção, cuja nova análise deverá ser feita pelo CONTRATANTE em **até 3 (três) dias úteis**. Quando da aprovação, o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA, por e-mail, para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato aprovado pela fiscalização.

9.6. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal do serviço de acordo com a medição aprovada pelo fiscal do contrato, que será encaminhada por e-mail para fins de pagamento;

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A contratação será efetuada por licitação;

10.2. O LICITANTE deverá cumprir com as exigências de habilitação técnica, jurídica, fiscal, social e trabalhistas usuais para o tipo de contratação em questão, conforme legislação vigente;

10.3. O FORNECEDOR deverá cumprir com os demais requisitos legais e técnicos especificados neste TR;

10.4. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo de proposta constante no Edital.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Municipal vigente, conforme disponibilidade orçamentária atestada pela Unidade Contábil competente, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

ANEXO II
LISTA DE EQUIPAMENTOS

1. Lista completa dos equipamentos do sistema de ar-condicionado, exaustão dos banheiros e exaustão de gorduras com suas respectivas quantidades e localização.

EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO E EXAUSTÃO	
Edifício Sede (Área Total refrigerada = 6.914,39m²)	
AR-CONDICIONADO - SISTEMA VRF	QUANT.
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 136.500 BTU, REF. PROJETO RAS 2E	01
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 153.600 BTU REF. PROJETO RAS-2B / 2C / 2F	03
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 170700 BTU, REF. PROJETO RAS-2D	01
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 233920 BTU, REF. PROJETO RAS-2A	01
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 273.000 BTU REF. PROJETO RAS-3A / 3B/ 3D / 3F	04
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 290.000 BTU REF. PROJETO RAS-3C / 3E	02
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 307.200 BTU REF. PROJETO RAS-1A	01
UNIDADE CONDENSADORA, SISTEMA COM FLUXO DE REFRIGERANTE VARIÁVEL, GAS 410-A, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 96.000 BTU REF. PROJETO RAS-3G	01
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 9,560 BTU.	81
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 14.680 BTU.	15
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 19.110 BTU.	12
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 24.230 BTU.	21
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 28.670 BTU.	11
MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 38.220 BTU.	30

MINI SPLIT, TIPO K-7 DE 4 VIA DE INSUFLAMENTO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 48.460 BTU.	12
MINI SPLIT, TIPO TETO COM SISTEMA DE VAZÃO DE GÁS REFRIGERANTE VARIÁVEL, R-410 A, CONTROLE REMOTO SEM FIO, CAPACIDADE NOMINAL DE 54.490 BTU.	02
CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLITÃO, R-410A OU SIMILAR, CAPACIDADE NOMINAL DE 180.000 BTU. REF. PROJETO MS-01/02 + UC 1A / 1B / 2A / 2B – DISTRIBUIÇÃO POR REDE DE DUTOS (PLENÁRIO)	02
CAIXA DE VENTILAÇÃO, COM FILTRO G-3+F-5, REF. PROJETO, CV – 01 INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO	01
CAIXA DE VENTILAÇÃO, COM FILTRO G-3+F-5, REF. PROJETO, CV – 02, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO	01
CAIXA DE VENTILAÇÃO, COM FILTRO G-3+F-5, REF. PROJETO, CV – 03, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO	01
QUADRO ELETRICO CAG	QUANT.
QUADRO ELETRICO DE PROTEÇÃO PARA UNIDADES CONDENSADORAS	14
QUADRO ELETRICO DE PROTEÇÃO PARA MS-01 / MS-02	02
QUADRO ELETRICO DE PROTEÇÃO PARA CV-01	01
QUADRO ELETRICO DE PROTEÇÃO PARA CV-02	01
QUADRO ELETRICO DE PROTEÇÃO PARA CV-03	01
AUTOMAÇÃO VRF HITACHI	QUANT.
EQUIPAMENTO CSNET HITACHI DE AUTOMAÇÃO DAS EVAPORADAS TIPO VRF HITACHI, CONTROLADO POR SOFTWARE CSNETweb. LOCALIZADOS NO 3º ANDAR TORRE II e IV.	02
EXAUSTÃO DOS WC ED. SEDE	QUANT.
EX-01 - VENTILADOR SIROCCO MOD. BSS 355/1 - MOTOR ELÉTRICO TIPO/PROTEÇÃO: IR3 PREMIUN IP55 POTÊNCIA 0,75KW TENSÃO 220/380V FREQ. 60HZ, FASES: 3F, POLOS: 4	01
EX-02 - VENTILADOR SIROCCO MOD. BSS 355/1 - MOTOR ELÉTRICO TIPO/PROTEÇÃO: IR3 PREMIUN IP55 POTÊNCIA 0,75KW TENSÃO 220/380V FREQ. 60HZ, FASES: 3F, POLOS: 4	01
EX-03 - VENTILADOR SIROCCO MOD. BSS 315/1 - MOTOR ELÉTRICO TIPO/PROTEÇÃO: IR3 PREMIUN IP55 POTÊNCIA 0,75KW TENSÃO 220/380V FREQ. 60HZ, FASES: 3F, POLOS: 4	01
EX-04 - VENTILADOR SIROCCO MOD. BSS 355/1 - MOTOR ELÉTRICO TIPO/PROTEÇÃO: IR3 PREMIUN IP55 POTÊNCIA 0,75KW TENSÃO 220/380V FREQ. 60HZ, FASES: 3F, POLOS: 4	01
EX-05 - VENTILADOR SIROCCO MOD. BBT 200/3 - MOTOR ELÉTRICO TIPO/PROTEÇÃO: IR3 PREMIUN IP55 POTÊNCIA 0,37KW TENSÃO 220/380V FREQ. 60HZ, FASES: 3F, POLOS: 4	01
AR CONDICIONADO VRF GABINETE CONSELHEIRO ROBERTO BRAGIM – ED. SEDE	QUANT.
Condensadora de ar tipo VRF, quente/frio, inverter –Marca Trane - 4TVH0096B6000AA - Cond. modular 96 MBH 220V/3F - TVRII R-410A	01
Evaporadora de embutir modelo 4TVD0018 - marca Trane	01
Evaporadora de embutir modelo 4TVD0018 - marca Trane	01

Controle remoto sem fio para Evaporadora de embutir modelo 4TVD0018 - marca Trane	02
Kit de controle remoto sem fio (receptor para duto) para Evaporadora de embutir modelo 4TVD0018 - marca Trane	02
AR CONDICIONADO SPLIT – ED. SEDE	QUANT.
Ar Condicionado tipo split dutado marca York Unidade condensadora e evaporadora de 36.000 BTUS 1º andar sob o plenário	01
Ar condicionado Tipo Split System marca Elgin, modelo piso teto, capacidade 36.000 BTU, só frio, monofásico 220v, condensador com descarga horizontal. Para casa de máquinas dos elevadores.	04
Edifício Anexo I (Área Total refrigerada = 313,28m²)	QUANT.
Ar condicionado tipo janela, 7500 BTUS, marca Springer Mundial - (Diretoria)	01
Ar condicionado Under Cellins 36000LG 220 v (1º andar) - sala do Patrimônio.	01
Ar condicionado Gree Bi-Split 2x12000 BTUS frio 220 v (1º andar) - vestiário feminino GCM e sala de suprimentos SAMU	01
Ar Condicionado de tipo janela, 7500 BTUS, marca Cônsul, modelo Air Máster (Sup. Transporte).	01
Ar Condicionado mult split de 12.000 BTUS piso teto marca Comfee (portaria B)	01
Ar Condicionado tipo janela, 21.000 BTUS frio Marca Springer Silentia – (sala dos motoristas – transporte)	01
Ar Condicionado Marca Springer tipo Split – 9.000 BTUS frio - 8.500 BTUS quente 220 V – (sala do arquivo)	01
Ar Condicionado Marca Springer tipo Split – 9.000 BTUS frio - 8.500 BTUS quente 220 V – (sala do estoque – almoxarifado)	01
Ar Condicionado tipo janela Marca Gree 10.500 BTUS frio 220 V – (sala do SAMU)	01
Ar Condicionado Marca Springer Midea Inverter tipo Split Hi-Wall – 18.000 BTU’S frio – 220 V (expediente da Portaria B)	01
Cortina de Ar Vix 120 cm One BR 220V frio - Vixone 120 (expediente da Portaria B)	01
Edifício Anexo II (Área Total refrigerada =1.468,49m²).	QUANT.
Ar condicionado marca Elgin, cassete,36.000 btus frio 220v sala do Nobreak NTI	02
Ar Condicionado Marca Hisense Hiwall Inverter tipo Split – 12.000 BTU’s frio – 220 V (sala de amamentação)	01
Condicionadores de Ar com condensadores remotos, 15TR, marca Carrier, distribuição por rede de dutos (CRH e NTI Suporte)	02
Condicionadores de Ar com condensadores remotos, 20TR, marca Carrier, distribuição por rede de dutos (restaurante e NTI Desenvolvimento)	02
Condicionador de Ar com evaporador externo tipo Split 30.000 BTU, marca Springer Carrier (Gabinete Medico)	01
Conjunto Split system, capacidade nominal 9.000 BTU/h evaporadora aparente, Carrier - (sala administrativo do Restaurante)	01
Difusores de ar para o sistema Split	03
Quadros Elétricos.	05

Sistemas de Controle e Comando.	05
Rede Elétrica e quadros elétricos a partir do de distribuição	01
Rede de Dutos com os respectivos “dampers”, colarinhos e difusores.	01
Termostatos de controle proporcionais.”	04
Edifício Anexo II (Ar condicionado tipo Split – Gabinete Médico)	QUANT.
Condensadora e evaporadora Split quente/frio, capacidade 9.000 BTUs, 220 V – Consul modelo CBZ09DBBNA	01
Condensadora e evaporadora Split inverter quente/frio, capacidade 9.000 BTUs, 220 V – Samsung modelo AROMSSPBGMXAZ	04
Edifício Anexo III (Área Total refrigerada = 37,27m²)	QUANT.
Condicionador de Ar com evaporador tipo Split 18.000 BTU marca LG (expediente Infraestrutura)	01
Ar Condicionado tipo Convertible Marca LG – 24.000 BTUS frio 220 V – (sala da hidráulica)	01
Ar Condicionado Marca Sprinter Midea tipo Split Mod. Hi-Wall – 22.000 BTU’S frio – 220 V (expediente da Portaria A – Térreo)	01
Cortina de Ar Mod. ACF 15S5 de 1,5 metros Sprinter 220 V frio (expediente da Portaria A – Térreo)	01
Ar Condicionado Marca Sprinter Midea tipo Split Mod. Hi-wall – 22.000 BTU’s frio – 220 V (expediente da Portaria A – 1º andar)	01
PÁTIO DE MANOBRAS	QUANT.
Ar Condicionado Marca Springer tipo Split – 22.000 BTUS frio - quente 220 V – (sala da Reprografia)	01
Ar Condicionado Marca Springer tipo Split – 12.000 BTUS frio - quente 220 V – (sala da fisioterapia)	01
Ar Condicionado Marca Elgin tipo Split Mod. Hi-Wall – 18.000 BTUS frio 220 V – (Depósito de Alimentos)	01
Ar Condicionado Marca Springer Midea Liva Inverter Wi-Fi tipo Split 12.000 BTU’S frio – 220 V (sala da fisioterapia - RPG)	01
ESCOLA DE CONTAS	QUANT.
Conjunto – Split system, capacidade nominal de 90.000 BTU/h evaporadora para duto, Carrier, distribuição por rede de dutos (auditório)	01
Conjunto – Split system capacidade nominal de 60.000 BTU/h evaporadora para duto Carrier (hall entrada)	01
Conjunto – Split system, capacidade nominal de 36.000 BTU/h evaporadora aparente, Carrier - (Cantina)	01
Ar Condicionado Marca Springer Midea Inverter tipo Split Hi-Wall – 12.000 BTU’S frio 220 V (Cabine de som do Auditório)	01
Primeiro pavimento	
Ar Condicionado Marca Elgin tipo Split – 12.000 BTU’S frio 220 V (Biblioteca)	01
Ar Condicionado Marca Philco tipo Split – 24.000 BTU’S frio 220 V (CPD)	01

Conjunto Split system, capacidade nominal 9.000 BTU/h evaporadora aparente, Carrier	05
Conjunto – Split system, capacidade nominal de 12.000BTU/h, evaporadora aparente, Carrier.	05
Conjunto – Split system, capacidade nominal 22.000 BTU/h, evaporadora aparente, Carrier	05
Segundo pavimento	
Conjunto system, capacidade nominal de 48.000BTU/h evaporadora aparente, Carrier	05
Exaustores Marca Projelmec, tag EX -1 e 2 tipos Sirocco Arranj. 9 modelos CSS 315 diâmetro 0315 vazão (m3/h) 2400	02
Ventilação Marca Projelmec, tag VAE – 01 tipo gabinete com filtro modelo CSS 355 diâmetros (mm) 0355, vazão de ar (m3/h) 2.910	01
EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GORDURAS	
RESTAURANTE - ANEXO II	QUANT.
EXAUSTOR - marca: VENTITEC LI-AR, modelo: VCLS-710-1, vazão: 15.340 m ³ , tipo: centrífugo Limit Load, alimentação elétrica: 380V/3F/60hz, identificação: EX-01	01
CAIXA DE VENTILAÇÃO - Marca: VENTITEC LI-AR, modelo: GCSD-500-1, vazão: 13.350m ³ /h, filtro: G4, características elétricas: 380V/3F/60hz, identificação: CV-01	01
PRECIPITADOR ELETROSTÁTICO - marca: MOTOVENT, modelo: MFE-HSE-10, vazão: 18.880m ³ /h, características elétricas: 220V/250W, identificação PE-01	01
COIFA - marca: MELTING, modelo: CONVENCIONAL ILHA, vazão: 14.008m ³ /h, dimensões: 3800x1600x500mm, identificação: CF-01	01
COIFAS - marca: MELTING, modelo: CONVENCIONAL PAREDE, vazão: 3.015m ³ /h, dimensões: 1350x1000x500mm, identificação: CF-02	01
COIFAS - marca: MELTING, modelo: CONVENCIONAL PAREDE, vazão: 2.700m ³ /h, dimensões: 1200x900x500mm, identificação: CF-03	01
TRANSFORMADOR - marca: LÍDER, Série: 309952, Peso: 78kg, características elétricas: 220V-380V/20KVA/60hz	01
EQUIPAMENTOS DA CÂMARA FRIA	
CÂMARA DE CARNES (aproximadamente 10m³ e Temperatura abaixo de 4°C)	QUANT.
Conjunto de UNIDADE EVAPORADOR, COMPRESSOR E PORTA FRIGORÍFICA	01
CÂMARA DE VERDURAS (aproximadamente 15,3m³ e Temperatura abaixo de 12°C)	QUANT.
Conjunto de UNIDADE EVAPORADOR, COMPRESSOR E PORTA FRIGORÍFICA	01
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DE EQUIPAMENTOS	
	316

ANEXO III MODELOS DE PMOC

1. Exemplos de serviços e periodicidades para embasar a criação do PMOC que deverá conter demais serviços necessários e serem ajustadas as periodicidades de acordo com as justificativas técnicas aceitas pelo fiscal do contrato.

LEGENDA	
Letra	Significado
M	Mensal
T	Trimestral
S	Semestral
A	Anual

EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE AR-CONDICIONADO E EXAUSTÃO	
Todos Sistemas de Refrigeração	Períodos
Manutenções preditivas - Predizer a situação do equipamento e encontrar falhas em estágio inicial	T
Manutenções preventivas	M
Atualização de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle (Caso necessário)	M
Medição da potência total demandada pelo sistema de ar condicionado como um todo, pelo método da diferença da potência consumida na entrada de energia com e sem o sistema completo de A/C ligado, fazendo-se esta medição com uso máximo do sistema de A/C, durante 5 minutos.	S
Ventiladores e Exaustores	Períodos
Verificação, limpeza dos filtros de ar, e em caso de necessidade, troca dos filtros de ar, de acordo com as normas dos fabricantes	M
Verificação, com eventual correção, do alinhamento e fixação das polias dos ventiladores e motores	M
Verificação, com eventual correção, da tensão de alinhamento das correias dos ventiladores/motores	M
Verificação dos rolamentos, mancais, suportes dos ventiladores e eventual reaperto e lubrificação	M
Limpeza da carcaça do ventilador, rotor ou pás	M
Verificação, com eventual lubrificação, do motor do ventilador	M
Medição e registro da amperagem e voltagem dos motores	M
Verificação dos quadros elétricos, referente ao superaquecimento, aterramento das partes e reaperto dos terminais, reparando as irregularidades	M
Verificar lâmpadas de sinalização e chaves seletoras	M
Verificar o funcionamento do comando liga/desliga	M
Verificar ruídos, vibrações e sobreaquecimento anormais	M
Verificação dos quadros elétricos, com eventuais ajustes dos contatos das chaves magnéticas e relés térmicos com posterior relacração	M
Verificação e pintura da carcaça com eventuais retoques de conservação	S
Verificação do balanceamento do rotor medição da vazão de ar	S
Verificar eventuais desgastes dos eixos e mancais	S
Verificar aperto da base do motor do ventilador	S
Reapertar conexões e terminais	S
Lubrificar rolamentos não blindados	S

Repetir as manutenções mensais, semestrais	A
Limpeza de pás e rotor	A
Eliminação de focos de oxidação	A
Quadros Elétricos, Sistema de Controle e Comandos	Períodos
Verificar botoeiras	M
Verificar os pontos de aquecimento anormal	M
Detectar a origem e corrigir (reapertar terminais, parafusos, fusíveis etc.)	M
Verificar e registrar voltagem de alimentação	M
Verificar se os fusíveis são adequados ou se foram adulterados ou trocados	M
Verificar as lâmpadas sinalizadoras	M
Verificar desarme dos disjuntores (se existirem)	M
Verificar abertura e fechamento das chaves seccionadoras (sem carga)	M
Limpeza geral dos componentes e painéis	M
Verificação do estado dos terminais e contatos de força e auxiliar	S
Eliminação de focos de oxidação	A
Verificação de regulagem de relé temporizado	A
Verificar regulagem de relé de proteção	A
Verificar equipamentos CSNET HITACHI	M
SELF / SPLIT / FAN COIL / MULTISPLIT / VRF	Períodos
Verificação, com eventual correção, do alinhamento e fixação das polias dos ventiladores e dos motores	M
Verificação com eventual correção da tensão e alinhamento das correias dos ventiladores/motores	M
Verificação dos rolamentos, mancais, suporte dos ventiladores e eventual reaperto e lubrificação	M
Limpeza das bandejas	M
Verificação e limpeza dos filtros de ar, e em caso de validade, deterioração e/ou ineficiência, trocar estes elementos filtrantes, observando-se as normas dos fabricantes, os modelos, tipos e tamanhos necessários ao correto funcionamento do equipamento e sistema do	M
Condicionador de ar	M
Verificação dos encaixes dos painéis de acesso ao gabinete	M
Medição com registro de amperagem e voltagem dos motores dos ventiladores	M
Medição e registro de amperagem e voltagem dos compressores	M
Medição, registro de temperatura do ar e do insuflamento, ambiente retorno e ar externo	M
Verificação de quadros elétricos, referente ao superaquecimento, aterramento das partes e reaperto dos terminais, reparando irregularidades	M
Verificação dos quadros elétricos, com eventuais ajustes dos contatos das chaves magnéticas e relés térmicos com posterior relacção	M
Verificação geral em todo o sistema da atuação das válvulas de 03 (três) vias	M
Verificação da posição dos drenas em relação aos ralos das casas de máquinas	M
Limpeza externa dos gabinetes, limpeza dos condensadores e limpeza da casa de máquinas	M
Verificar aquecimento do motor	M
Verificar se há vazamento de água, verificar e corrigir os ruídos e vibrações anormais	M
Limpeza dos sistemas de drenagem da bandeja de água condensada	M
Verificação dos visores das linhas de líquido (se necessário), referentes à carga refrigerante e quanto à presença de umidade no sistema frigorígeno	M
Verificação do sistema interlock elétrico dos motores	M

Verificação dos quadros elétricos, com eventuais ajustes dos contatos das chaves magnéticas e relés térmicos com posterior relacração e verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais	M
Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do Cáter	M
Efetuar a troca ou completar o óleo lubrificante, sempre que necessário	M
Leitura de tensão na fase R, S e T	M
Leitura de Corrente na fase R, S e T em cada compressor.	M
Executar balanceamento das fases, se necessário.	M
Verificar atuação de todos os dispositivos de proteção.	M
Verificar operação dos pressostatos de alta e baixa.	M
Informar se existe algum vidro de visor de líquido não dando visibilidade adequada.	M
Informar presença de bolhas ou umidade nos visores de líquido dos compressores.	M
Verificar com sabão se há vazamento em conexões hidráulicas	M
Verificar nível de óleo no separador	M
Verificar Funcionamento da válvula de expansão termostática	M
Verificar e descobrir dispositivo de drenagem	M
Verificar isolamento das tubulações, executando reparo, se necessário	M
Reaperto dos parafusos das bases dos compressores e da Self	M
Reaperto geral dos parafusos e conexões internas	M
Informar nível de óleo dos compressores	M
Completar nível de óleo dos compressores	M
Verificar, com detector de vazamento, todas as conexões de refrigerante	S
Testar e regular relé térmico do compressor	S
Testar e calibrar todos os sensores de temperatura e pressão no circuito refrigerante	S
Medir diferencial de pressão no filtro de óleo, substituir se necessário	S
Medir Sub-resfriamento do gás refrigerante, usando manifold e a tabela do gás	S
Reaperto geral, e limpeza do QDE	S
Medir superaquecimento do gás refrigerante, usando manifold e a tabela do gás	S
Reaperto dos parafusos da base dos compressores e da condensador	S
Reaperto geral dos parafusos e conexões internas	S
Verificar funcionamento do termostato ambiente	S
Eliminar focos de oxidação e retocar a pintura	S
Testar e regular relé térmico do compressor	S
Verificar filtro secador, substituir se necessário	S
Verificar funcionamento do termistor	S
Verificar e regular os termostatos dos ventiladores	S
Verificação interna dos gabinetes, com eventual correção da proteção termoacústica	A
Verificação da pintura do gabinete, com eventuais retoques de conservação	A
Verificação do nivelamento dos gabinetes em relação ao piso	A
Medição da vazão de ar e verificar e limpar o rotor do ventilador	A
Ajuste dos dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, termostato de controle e segurança, pressostatos de óleo, baixa e alta pressão etc.	A
Eliminar focos de oxidação	A
Fazer manutenção geral criteriosa em cada uma das unidades, apresentando relatório específico	A

EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GORDURA	
Filtro de ar	Períodos
Limpar filtro de ar	M
Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas	M
Substituição dos filtros descartáveis	T
Gabinete	Períodos
Limpar externamente	M
Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, substituindo, se necessário	M
Verificar e eliminar ruídos anormais e ou vibrações	M
Limpar internamente	T
Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico e substituir na existência do bolor	T
Pintura e tratamento anticorrosivo da base do chassi e demais componentes necessários	A
Ventiladores e exaustores	Períodos
Verificar ruído dos mancais e lubrificar, se necessário	M
Verificar correias – Tensão e Desgaste	M
Verificar fixação e alinhamento das polias e mancais	M
Verificar alinhamento e o nível do eixo do ventilador	M
Verificar balanceamento	T
Verificar fixação e amortecedores de vibração	S
Verificar rolamentos e mancais do (s) rotor (es)	S
Motores elétricos	Períodos
Limpar e verificar danos e corrosão	M
Aperto dos parafusos de fixação	M
Verificação das vibrações e ruídos anormais	M
Verificação do acoplamento	M
Medir as correntes de fase (R) (S) (T) dos ventiladores	M
Medir as tensões entre fase (RS) (RT) (ST) dos ventiladores	M
Verificar e corrigir fixação e amortecedores de vibração	T
Verificação e lubrificação de rolamentos (se necessário)	T
Medição da resistência do isolamento do motor	T
Verificar aterramento	T
Verificação dos contatos, providenciando a limpeza e substituição quando necessário	T
Verificar rolamento do (s) motor (es).	S
Quadros elétricos e transformador	Períodos
Verificação da fixação dos componentes e terminais	M
Verificação da temperatura dos componentes	M
Substituição de cabos e terminais oxidados	M
Substituição de lâmpadas sinalizadoras queimadas	M
Limpeza dos quadros e componentes	T
Coifas e sistemas de exaustão de cozinha	Períodos
Limpeza manual interna e externa das coifas e respectivos damper's corta fogo com produto	M

biodegradável e desincrustante industrial e ferramentas (espátulas)	
Limpeza dos sistemas de drenagem das coifas	M
Verificar a vedação das conexões	M
Limpeza dos bicos de pulverização das coifas	M
Limpeza das calhas d'água através de raspagem das coifas	M
Proceder à limpeza dos filtros e acessórios das coifas	M
Verificar a existência de danos e corrosão interna e externamente dos dutos	M
Limpeza manual interna e externa dos dutos do sistema com produto biodegradável desincrustante industrial e ferramentas (espátula). Este processo não poderá danificar a pintura	M
Inspecionar, ajustar e limpar todas as portas de visita / inspeção dos dutos	M
Verificar a vedação das portas de inspeção dos dutos	M
Limpeza interna e externa da central de lavagem	M
Verificar mangueiras, conexões e bomba d'água da central de lavagem	M
Eliminar focos de corrosão através de processo manual (lixas, escovas de aço, etc.)	T
Limpeza interna e externa manual dos exaustores (rotor, turbina e grelhas do sistema de exaustão, com produto biodegradável desincrustantes industriais e ferramentas-espátulas)	T
Bandejas	Períodos
Verificar e eliminar danos e corrosão	T

EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DA CÂMARA FRIA	
Todos os Sistemas de Refrigeração	Períodos
Atualização de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle (Caso necessário)	M
Verificação e limpeza	M
Verificação, com eventual correção, dos ventiladores e motores	M
Verificação dos rolamentos, mancais, suportes dos ventiladores e eventual reaperto e lubrificação	M
Limpeza da carcaça do ventilador, rotor ou pás	M
Verificação, com eventual lubrificação, do motor do ventilador	M
Medição e registro da amperagem e voltagem dos motores	M
Verificação dos quadros elétricos, referente ao superaquecimento, aterramento das partes e reaperto dos terminais, reparando as irregularidades	M
Verificar lâmpadas de sinalização e chaves seletoras	M
Verificar o funcionamento do comando liga/desliga	M
Verificar ruídos, vibrações e sobreaquecimento anormais	M
Verificação dos quadros elétricos, com eventuais ajustes dos contatos das chaves magnéticas e relés térmicos com posterior relação	M
Verificação e pintura da carcaça com eventuais retoques de conservação	S
Verificação do balanceamento do rotor medição da vazão de ar	S
Verificar eventuais desgastes dos eixos e mancais	S
Verificar aperto da base do motor do ventilador	S
Reapertar conexões e terminais	S
Eliminação de focos de oxidação	A
Medição com registro de amperagem e voltagem dos motores dos ventiladores	M
Medição, registro de temperatura do ar e do insuflamento, ambiente, retorno e ar externo	M

Verificação de quadros elétricos, referente ao superaquecimento, aterramento das partes e reaperto dos terminais, reparando irregularidades	M
Verificação dos quadros elétricos, com eventuais ajustes dos contatos das chaves magnéticas e relés térmicos com posterior relacração	M
Verificar funcionamento do termostato ambiente	S
Eliminar focos de oxidação e retocar a pintura	S
Testar e regular relé térmico do compressor	S
Ajuste dos dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, termostato de controle e segurança, pressostatos de óleo, baixa e alta pressão etc.	A
Fazer manutenção geral criteriosa em cada uma das unidades, apresentando relatório específico	A
Quadros Elétricos, Sistema de Controle e Comandos	Períodos
Verificar botoeiras	M
Verificar os pontos de aquecimento anormal	M
Detectar a origem e corrigir (reapertar terminais, parafusos, fusíveis etc.)	M
Verificar e registrar voltagem de alimentação	M
Verificar se os fusíveis e/ou disjuntores são adequados ou se foram adulterados ou trocados	M
Verificar as lâmpadas sinalizadoras	M
Verificar desarme dos disjuntores (se existirem)	M
Verificar abertura e fechamento das chaves seccionadoras (sem carga)	M
Limpeza geral dos componentes e painéis	M
Verificação do estado dos terminais e contatos de força e auxiliar	S
Eliminação de focos de oxidação	A
Verificação de regulagem de relé temporizado	A
Verificar regulagem de relé de proteção	A

**ANEXO IV
VALORES DE MERCADO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
01	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão dos banheiros do edifício sede, abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	Valor total por 36 meses	R\$ 1.254.510,00
02	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e da câmara fria do restaurante do Anexo II, abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	Valor total por 36 meses	R\$ 648.000,00
03	Análise de sujidade realizada por análise gravimétrica a cada 12 (doze) meses, conforme NBR 15.848. Executado em pelo menos 14 (catorze) pontos.	Valor total por 36 meses (3 análises)	R\$ 44.829,00
04	Mão de obra e insumos e a serem utilizados em caso de realização de serviços por demanda, conforme os valores unitários estabelecidos em tabela.	Valor total dos itens	R\$ 180.086,50
05	Componentes e equipamentos de reposição	Valor total dos itens	R\$ 106.345,36
VALOR TOTAL			R\$ 2.233.770,86

Valor total estimado: R\$ 2.233.770,86 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, setecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos)

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(A SER PREENCHIDA PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR)

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
 Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo
 Processo: TC/003647/2026
 Pregão nº 90.012/2026
 Abertura dia 22/07/2026 às 9h30.

A empresa _____ CNPJ. nº _____, estabelecida na _____ nº _____, complemento: _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, telefone: _____, e-mail: _____, por meio de seu representante legal, Sr.(a) _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **observadas as especificações constantes do Anexo I do Edital, propõe o seguinte:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	
		MENSAL (A)	TOTAL (36 meses) (A x 36)
01	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão dos banheiros do edifício sede , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	R\$	R\$
02	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e da câmara fria do restaurante do Anexo II , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	R\$	R\$

	ANÁLISE DE SUJIDADE	ANUAL (B)	TOTAL (3 análises) (B x 3)
03	Análise de sujidade realizada por análise gravimétrica a cada 12 (doze) meses, conforme NBR 15.848. Executado em pelo menos 14 (catorze) pontos.	R\$	R\$

ITEM 04

TABELA DE INSUMOS E MÃO DE OBRA				
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (A)	VALOR EM REAIS	
			UNIDADE (B)	TOTAL DO ITEM (A x B)
MÃO DE OBRA				
MECANICO DE REFRIGERAÇÃO	horas	600	R\$	R\$
AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	horas	450	R\$	R\$
INSUMOS				
FLUIDO REFRIGERANTE R22	kg	50	R\$	R\$
FLUIDO REFRIGERANTE R410A	kg	200	R\$	R\$
FLUIDO REFRIGERANTE R-32	kg	50	R\$	R\$
Tubo de cobre flexível 1/2" x 1/32"	kg	50	R\$	R\$
Tubo de cobre flexível 1/4" x 1/32"	kg	30	R\$	R\$
Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/2"	m	150	R\$	R\$
Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/4"	m	200	R\$	R\$
Tubo de cobre flexível 3/8" x 1/32"	kg	50	R\$	R\$
Tubo de cobre flexível 5/8" x 1/32"	kg	50	R\$	R\$
Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 3/8"	m	150	R\$	R\$
Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 5/8"	m	150	R\$	R\$
Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto para tubo pvc 3/4"	m	50	R\$	R\$
Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 3/8"	unidade	20	R\$	R\$
Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 5/8"	unidade	20	R\$	R\$
Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/2"	unidade	20	R\$	R\$
Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/4"	unidade	20	R\$	R\$
Fita adesiva silver tape preta 48mm x 10m	unidade	20	R\$	R\$
Tubo de pvc para dreno 3/4"	m	100	R\$	R\$
DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 4"	m	50	R\$	R\$
DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 6"	m	50	R\$	R\$
DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 8"	m	50	R\$	R\$
DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 10"	m	50	R\$	R\$
VALOR TOTAL (SOMA DO TOTAL DE TODOS OS ITENS)				R\$

ITEM 05

TABELA DE PEÇAS				
PEÇAS	MODELO EQUIPAMENTO	QUANT. (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (A x B)
MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276B	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1 RCI3,0FSN3B1	14		
MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276C	RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1	5		
BOMBA DE DRENO EVAPORADOR HITACHI código: 17B30151A	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1 RCI3,0FSN3B1 RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1	19		
TOTAL (SOMA DOS VALORES TOTAIS DE CADA ITEM)				

QUADRO RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
01	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão dos banheiros do edifício sede, abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	Valor total por 36 meses	R\$
02	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e da câmara fria do restaurante do Anexo II, abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no TR.	Valor total por 36 meses	R\$
03	Análise de sujidade realizada por análise gravimétrica a cada 12 (doze) meses, conforme NBR 15.848. Executado em pelo menos 14 (catorze) pontos.	Valor total por 36 meses (3 análises)	R\$
04	Mão de obra e insumos a serem utilizados em caso de realização de serviços por demanda, conforme os valores unitários estabelecidos em tabela.	Valor total dos itens	R\$
05	Componentes e equipamentos de reposição	Valor total dos itens	R\$
VALOR TOTAL			R\$

Valor total geral (em algarismos e por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de _____ dias contados a partir da data de abertura da Sessão Pública (mínimo de 60 dias).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Anexo VIII - Minuta de Contrato.

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO: banco____, número da conta _____ e agência _____.

[Local], ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do responsável da proponente)
NOME:/RG -----

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE VISTORIA E/OU CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO

Processo: TC/003647/2026

PREGÃO nº 90.012/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).,portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, apresenta a seguinte:

() DECLARAÇÃO DE VISTORIA REALIZADA

O interessado acima identificado, por intermédio de seu representante legal, declara que realizou vistoria técnica no local de execução do objeto licitado, tendo pleno conhecimento das condições locais, dificuldades de acesso e especificidades dos edifícios. Declara, ainda, que o preço proposto está compatível com as condições observadas e que não alegará desconhecimento como justificativa para eximir-se das obrigações assumidas ou pleitear acréscimos de preços.

() DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO SEM VISTORIA

O interessado acima identificado, por intermédio de seu representante legal, declara que, embora não tenha realizado vistoria técnica no local, possui pleno conhecimento das condições locais, dificuldades de acesso e especificidades dos edifícios para a execução do objeto licitado. Declara estar ciente de que o desconhecimento dessas condições não poderá ser alegado como justificativa para eximir-se das obrigações assumidas ou pleitear acréscimos de preços decorrentes da execução do objeto deste Pregão, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

[Local], ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Empresa

Nome Legível: _____

RG: _____

Cargo: _____

Obs. A declaração deverá ser apresentada com os documentos de HABILITAÇÃO (subitem 8.13.3.4 do Edital).

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Processo: TC/003647/2026
PREGÃO nº 90.012/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).,portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal que:

I – Se enquadra na condição de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

II – Não incorre em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da referida Lei, especialmente aquelas relacionadas à participação societária, faturamento, natureza jurídica e atividades impeditivas;

III – Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento da condição de ME ou EPP.

[Local], ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome legível: _____

RG: _____

Cargo: _____

Empresa: _____

Obs. A declaração de ME/EPP deverá ser apresentada, SE CABÍVEL, com os documentos de HABILITAÇÃO (subitem 8.14.1 do Edital).

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº:

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado e de exaustão do Edifício Sede, dos prédios anexo I, anexo II e anexo III, das Portarias A e B e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCMSP, nas condições estabelecidas pelo Termo de Referência.

VALOR: **<R\$ _____>**

DOTAÇÃO(ÕES): **< _____>**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (tinta e seis) meses

PROCESSO Nº: TC/003647/2026

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP**, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Professor Ascendino Reis nº 1.130 – São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, **DOMINGOS DISSEI**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**, CNPJ nº **< _____>**, com endereço na **<endereço completo da empresa>**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu **<cargo do representante>**, **<NOME DO REPRESENTANTE>**, resolvem celebrar este CONTRATO, por licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme autorização constante do TC/003647/2026, seus Anexos e da proposta formulada pela **CONTRATADA**, que integram, para todos os efeitos, o presente CONTRATO, bem como pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado e de exaustão do Edifício Sede, dos prédios anexo I, anexo II e anexo III, das Portarias A e B e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e do sistema de refrigeração da câmara fria instalados no restaurante localizado no prédio anexo II do TCMSP, nas condições estabelecidas pelo Termo de Referência.

1.2. Os itens contratados são os seguintes:

1.2.1. Serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão dos banheiros do edifício sede , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no Termo de Referência.
02	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e da câmara fria do restaurante do Anexo II , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no Termo de Referência.
03	Análise de sujidade realizada por análise gravimétrica a cada 12 (doze) meses, conforme NBR 15.848. Executado em pelo menos 14 (catorze) pontos.

1.2.2. Mão de Obra e Insumos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
MÃO DE OBRA			
01	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	horas	600
02	AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	horas	450
INSUMOS			
03	FLUIDO REFRIGERANTE R22	kg	50
04	FLUIDO REFRIGERANTE R410A	kg	200
05	FLUIDO REFRIGERANTE R-32	kg	50
06	Tubo de cobre flexível 1/2" x 1/32"	kg	50
07	Tubo de cobre flexível 1/4" x 1/32"	kg	30
08	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/2"	m	150
09	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/4"	m	200
10	Tubo de cobre flexível 3/8" x 1/32"	kg	50
11	Tubo de cobre flexível 5/8" x 1/32"	kg	50

12	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 3/8"	m	150
13	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 5/8"	m	150
14	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto para tubo pvc 3/4"	m	50
15	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 3/8"	unidade	20
16	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 5/8"	unidade	20
17	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/2"	unidade	20
18	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/4"	unidade	20
19	Fita adesiva silver tape preta 48mm x 10m	unidade	20
20	Tubo de pvc para dreno 3/4"	m	100
21	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 4"	m	50
22	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 6"	m	50
23	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 8"	m	50
24	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 10"	m	50

1.2.3. Peças:

ITEM	PEÇAS	MODELO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01	MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276B	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1 RCI3,0FSN3B1	14
02	MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276C	RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1	5
03	BOMBA DE DRENO EVAPORADOR HITACHI código: 17B30151A	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1 RCI3,0FSN3B1 RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1	19

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.3.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis)** meses contados da emissão da Ordem de Início de Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A Ordem de Início de Serviços será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

2.2.1. O envio da Ordem de Início de Serviços se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á a Ordem de Início de Serviços como recebida, iniciando automaticamente a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 2.1.

2.3. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, na forma disposta no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste CONTRATO.

4.1.1. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de atividades pontuais, específicas e de natureza acessória ou altamente especializada, desde que previamente justificada pela **CONTRATADA** e expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, permanecendo a **CONTRATADA** integralmente responsável pela execução do objeto e por todas as obrigações assumidas perante a Administração.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ _____** (valor por extenso), discriminado nos termos dos quadros abaixo:

5.1.1. Serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	
		MENSAL (A)	TOTAL (36 meses) (A x 36)
01	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e de exaustão dos banheiros do edifício sede , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no Termo de Referência.	R\$ <____>	R\$ <____>

02	Execução dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de exaustão de gorduras e da câmara fria do restaurante do Anexo II , abrangendo as rotinas regulares de manutenção e os atendimentos corretivos necessários, conforme especificações e detalhamentos discriminados no Termo de Referência.	R\$ <____>	R\$ <____>
ANÁLISE DE SUJIDADE		ANUAL (B)	TOTAL (3 análises) (B x 3)
03	Análise de sujidade realizada por análise gravimétrica a cada 12 (doze) meses, conforme NBR 15.848. Executado em pelo menos 14 (catorze) pontos.	R\$ <____>	R\$ <____>

5.1.2. Mão de Obra e Insumos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (A)	VALOR EM REAIS	
				UNIDADE (B)	TOTAL DO ITEM (AxB)
MÃO DE OBRA					
01	MECANICO DE REFRIGERAÇÃO	horas	600		
02	AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	horas	450		
INSUMOS					
03	FLUIDO REFRIGERANTE R22	kg	50		
04	FLUIDO REFRIGERANTE R410A	kg	200		
05	FLUIDO REFRIGERANTE R-32	kg	50		
06	Tubo de cobre flexível 1/2" x 1/32"	kg	50		
07	Tubo de cobre flexível 1/4" x 1/32"	kg	30		
08	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/2"	m	150		
09	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 1/4"	m	200		
10	Tubo de cobre flexível 3/8" x 1/32"	kg	50		
11	Tubo de cobre flexível 5/8" x 1/32"	kg	50		
12	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 3/8"	m	150		
13	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto 5/8"	m	150		
14	Tubo isolante térmico (elastomérico) branco/preto para tubo pvc 3/4"	m	50		

15	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 3/8"	unidade	20		
16	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 5/8"	unidade	20		
17	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/2"	unidade	20		
18	Válvula esfera de Bloqueio GBC Danfoss 1/4"	unidade	20		
19	Fita adesiva silver tape preta 48mm x 10m	unidade	20		
20	Tubo de pvc para dreno 3/4"	m	100		
21	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 4"	m	50		
22	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 6"	m	50		
23	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 8"	m	50		
24	DUTOS FLEXÍVEIS Diâmetro 10"	m	50		
VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA E INSUMOS)					

5.1.3. Peças:

ITEM	PEÇAS	MODELO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (A x B)
01	MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276B	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1 RCI3,0FSN3B1	14		
02	MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADOR HITACHI código: 17G85276C	RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1	5		
03	BOMBA DE DRENO EVAPORADOR HITACHI código: 17B30151A	RCI1,0FSN3B1 RCI1,5FSN3B1 RCI2,0FSN3B1 RCI2,5FSN3B1	19		

		RCI3,0FSN3B1 RCI4,0FSN3B1 RCI5,0FSN3B1			
VALOR TOTAL (PEÇAS)					

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a este CONTRATO, quais sejam:

6.1.1. A **CONTRATADA** deverá emitir relatório mensal das manutenções preventivas realizadas e, quando aplicável, relatórios específicos das manutenções corretivas e preditivas executadas, em conformidade com as disposições do Termo de Referência.

6.1.2. Caso haja serviço por demanda, a medição será feita de acordo com os serviços efetivamente executados:

6.1.2.1. A **CONTRATADA** deverá comprovar, por meio de registros formais de controle de jornada ou folha de ponto, as horas de mão de obra efetivamente executadas nos serviços por demanda, as quais estarão sujeitas à conferência e aprovação pela fiscalização do CONTRATO para fins de medição e pagamento;

6.1.2.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar relatório detalhado dos insumos efetivamente utilizados nos serviços por demanda, contendo especificação técnica, quantitativos e respectivos valores unitários, os quais somente serão considerados para fins de medição e pagamento após conferência e aprovação expressa da fiscalização do CONTRATO.

6.2. A medição física será feita com base no recebimento dos Relatórios de Serviços devidamente assinados pelos responsáveis técnicos.

6.3. A medição física será de acordo com os valores dos serviços mensais, ajustados quando for o caso de adicionais de serviços por demanda e/ou fornecimento de componentes ou equipamentos, quando executado dentro do período da medição, devendo ser encaminhada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês de prestação dos serviços, sempre por *e-mail*.

6.4. O **CONTRATANTE** terá até 05 (cinco) dias úteis para analisar e aprovar a documentação. Concluída a análise, caso haja necessidade de retificação ou complementação dos documentos, a **CONTRATADA** deverá ser comunicada por *e-mail* para que proceda com a correção, cuja nova análise deverá ser feita pelo **CONTRATANTE** em até 3 (três) dias úteis. Quando da aprovação, o **CONTRATANTE** deverá comunicar a **CONTRATADA**, por *e-mail*, para que emita a nota fiscal ou documento equivalente, com o valor exato aprovado pela fiscalização.

6.5. A **CONTRATADA** deverá emitir a nota fiscal do serviço ou documento equivalente, de acordo com a medição aprovada pelo fiscal do CONTRATO, que deverá ser encaminhada por *e-mail* para fins de pagamento.

6.6. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização do CONTRATO, dos documentos exigidos em lei ou em CONTRATO, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.7. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.8. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.9. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____) e, caso ocorram novas prorrogações, os reajustes subsequentes ao primeiro serão contados da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, acumulado em 12 (doze) meses.

7.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

7.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 7.1.

7.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

7.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

7.6. Na hipótese de divergência dos cálculos de reajuste, apurados posteriormente a pagamentos eventualmente já efetuados, e que resulte em valores a serem devolvidos ao **CONTRATANTE**, a devolução dar-se-á em parcela única, atualizada monetariamente pelo IPCA-IBGE acumulado, até o mês exatamente anterior à efetiva devolução, mediante emissão de Declaração de Compensação Financeira assinada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, do CONTRATO, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

8.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.1.5. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;

8.1.7.1. Caberá ao(à) responsável pela fiscalização do CONTRATO propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à **CONTRATADA**.

8.1.8. Analisar e responder a todos os documentos encaminhados pela **CONTRATADA**, em prazo hábil, para que não haja prejuízo ao andamento dos serviços;

8.1.9. Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária;

8.1.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do CONTRATO;

8.1.11. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.12. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o objeto contratado, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados;

8.1.13. Verificar, durante a vigência do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

8.1.14. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.15. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste CONTRATO e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar preposto aceito pelo **CONTRATANTE**, para manter contato com o responsável pela fiscalização do CONTRATO, o qual poderá solicitar as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, receber reclamações daquele e tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;

9.1.1.1 Deverão ser informados número de telefone e endereço de *e-mail* para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4.1. O dever previsto na subcláusula 9.1.4 implica a obrigação de, a critério do **CONTRATANTE**, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos.

9.1.5. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.7. A **CONTRATADA** deverá entregar ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, no prazo que for estipulado, os seguintes documentos:

9.1.7.1. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.2. Certidão que comprove a regularidade com a Dívida Ativa do Estado ou do Distrito do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

9.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, relativamente aos tributos mobiliários;

9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

9.1.9. Comunicar, imediatamente, ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, qualquer ocorrência anormal relativa ao objeto contratado;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos;

9.1.11. Atender prontamente a quaisquer exigências do **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto da presente contratação;

9.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

9.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto;

9.1.15. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, compreendendo seus dados cadastrais,

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços/fornecimento, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação,

avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente CONTRATO e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DO OBJETO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

11.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer equipamentos e componentes novos, compatíveis com os equipamentos existentes e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses.

11.3. A garantia referida na subcláusula 11.2 deverá cobrir defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de funcionamento, problemas de montagem e qualquer não conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO;
- b) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução contratual, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula décima segunda.

12.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do CONTRATO, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3.4. Multa:

12.3.4.1. Para as hipóteses de descumprimento relacionadas no quadro abaixo, será aplicada à **CONTRATADA** a multa correspondente, nos percentuais, critérios de incidência (por ocorrência, por dia ou por hora, quando indicado) e bases de cálculo previstos, observados, quando houver, os limites máximos estabelecidos para cada item.

ITEM	DESCRIÇÃO	MULTA
MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E PREDITIVA		
1	Atraso para o início da prestação dos serviços, conforme data estipulada na Ordem de Início de Serviços, de acordo com os itens 5.3 e 5.4 do Termo de Referência.	0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso do valor total
2	Não elaboração do relatório técnico inicial, conforme item 6.3 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
3	Não apresentação de PMOC, conforme os itens 5.15.1 e 5.17.5 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
4	Não apresentação de documentação “as built”, conforme item 6.19 do Termo de Referência.	10% (dez por cento) do valor da última parcela mensal do contrato
5	Não realização da manutenção preventiva mensal no prazo, conforme os itens 5.15.4 e 5.17.1 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
6	Execução incompleta das rotinas previstas no PMOC, conforme item 5.17.5 do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal
7	Não emissão do relatório mensal de manutenção preventiva, conforme os itens 5.15.8 e 5.15.10 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
8	Não execução das manutenções preditivas trimestrais 5.15.3 do Termo de Referência.	5% (cinco por cento) do valor mensal
9	Não atualização do sistema CSNET HITACHI, conforme item 5.15.4 alínea “f” do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
10	utilização de peças em desacordo com as especificações, conforme itens 6.6.2 e 6.6.3 do Termo de Referência.	5% (cinco por cento) do valor mensal
11	Não destinação ambiental adequada de resíduos, conforme item 6.23 do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal

12	Não realização da análise de sujidade dentro do prazo estabelecido, conforme item 5.19.5 do Termo de Referência.	5% (cinco por cento) do valor mensal
13	Não obedecer ao período mínimo das manutenções preventivas, conforme o item 5.15.4 alínea "a" e/ou item 5.17.2 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
MANUTENÇÕES CORRETIVAS		
14	Atendimento corretivo após o prazo de 02 (duas) horas, conforme itens 5.15.5 alínea "b" e 5.17.9 alínea "b" do Termo de Referência.	1% (um por cento) do valor mensal, acrescido de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal por cada hora de atraso, limitado a um total de 5% (cinco por cento) do valor mensal.
15	Não conclusão dos serviços em 48 (quarenta e oito) horas no sistema de ar-condicionado e exaustão dos banheiros, conforme item 5.15.5 alínea "c" ou 24 (vinte e quatro) horas para o sistema de exaustão de gordura, conforme item 5.17.9 alínea "c" do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal, acrescido de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal por cada hora de atraso, limitado a um total de 6% (seis por cento) do valor mensal.
16	Não emissão de relatório após a visita técnica corretiva, conforme os itens 5.15.11 e 5.17.10 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
17	Não emissão de laudo técnico, conforme prazo estipulado no item 5.20.4 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
18	Não emissão de relatório, conforme item 5.20.3 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
19	Não execução ou execução parcial da limpeza mensal das coifas e dutos do sistema de exaustão de gorduras, conforme item 5.17.7 do Termo de Referência.	5% (cinco por cento) do valor mensal
SERVIÇO POR DEMANDA		
20	Não emissão de relatório técnico, conforme item 5.16.5 alínea "d" do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
21	Não execução dos serviços programados, conforme item 5.16.5 alínea "e" do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
22	Divergência entre insumo medido e utilizado nos serviços sob demanda.	Glosa do excedente e 2% (dois por cento) do valor mensal

23	Não emitir o relatório técnico dentro do prazo, conforme item 5.20.3 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
24	Não fornecer os equipamentos ou componentes dentro do prazo estipulado, conforme item 5.20.5 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
SEGURANÇA		
25	Funcionário trabalhando sem EPI ou identificação, conforme item 5.7 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
26	Não substituição de empregado inadequado após notificação, conforme item 6.17 do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal
ADMINISTRATIVOS		
27	Não manutenção de canal de atendimento ativo, conforme item 6.8 do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal
28	Não comparecimento do preposto quando convocado, conforme item 8.4 do Termo de Referência.	1% (um por cento) do valor mensal
29	Não apresentação de ART quando exigível, conforme item 6.1 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
30	Não manutenção de registros técnicos arquivados, conforme item 6.7 do Termo de Referência.	2% (dois por cento) do valor mensal
31	INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO	20% (vinte por cento) do valor total do contrato
32	Faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses do CONTRATANTE, relativamente ao objeto contratado.	Advertência
33	Não realizar o diagnóstico inicial, conforme item 6.2 do Termo de Referência.	3% (três por cento) do valor mensal
34	Não fornecer lista dos profissionais/funcionários, conforme item 5.8 do Termo de Referência.	1% (um por cento) do valor mensal

12.3.4.2. Será aplicada multa de 1% (um por cento) por infração, sobre o valor total do CONTRATO, pelo descumprimento de obrigações relacionadas neste CONTRATO, excetuando-se as situações nas quais forem estabelecidas multas específicas.

12.3.4.3. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total deste CONTRATO caso a **CONTRATADA** dê causa à extinção do ajuste, sem motivo justificado e aceito pelo **CONTRATANTE**.

12.4. Quando a penalidade aplicada pela primeira ocorrência da infração for advertência, a reincidência na mesma infração, no período de 12 (doze) meses contados da aplicação da advertência, acarretará a aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do CONTRATO.

12.5. Em caso de reincidência na mesma infração, no período de 12 (doze) meses contados da aplicação da penalidade anterior, o valor da multa será majorado em 50% (cinquenta por cento) sobre o valor originalmente apurado.

12.6. As multas cuja base de cálculo seja o valor mensal do CONTRATO serão apuradas considerando o valor mensal vigente na data da ocorrência do fato gerador da penalidade.

12.7. As multas cuja base de cálculo seja o valor total do CONTRATO serão apuradas considerando o valor global vigente na data da ocorrência do fato gerador da penalidade.

12.8. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

12.9. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO.

12.10. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

12.11. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

12.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.16. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O CONTRATO será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O CONTRATO poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. O CONTRATO poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente CONTRATO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ANTICORRUPÇÃO

19.1. Para a execução deste CONTRATO, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste CONTRATO, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no inciso II do artigo 114 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ASSINATURA

20.1. O presente instrumento será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

20.1.1. O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade, e data de emissão do CONTRATO, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001, Leis Federais nos 11.419/2006 e 12.682/2012.

20.2. Eventuais instrumentos decorrentes do presente CONTRATO também serão firmados pelas partes preferencialmente na forma digital.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO**

DOMINGOS DISSEI

Presidente

<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>

<NOME DO REPRESENTANTE>

<Cargo do representante>